

Diário do Legislativo de 14/04/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Márcio Kangussu

2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Christiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Eduardo Brandão

10) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Deputado Edson Rezende

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Eduardo Hermeto e Maria José Haueisen e Rêmoló Aloise

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado José Alves Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Ivo José PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Eduardo Brandão PL Vice-Presidente

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado José Milton PL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Rogério Correia PT

Deputado José Milton PL

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputada Elaine Matozinhos PSB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputada Maria José Haueisen PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Sargento Rodrigues PL

SUPLENTES:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Cabo Moraes PL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado José Milton PL

SUPLENTES:

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Agostinho Silveira PL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PSB

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTE:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Adelino de Carvalho PMN

SUPLENTE:

Deputado Eduardo Brandão PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PSDB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Luiz Fernando PPB

SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PSDB

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando PPB

Deputado João Paulo PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Miguel Martini PSN

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado César de Mesquita PSDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PMDB

Deputado Christiano Canêdo PTB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Christiano Canêdo PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Eduardo Hermeto PSB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado George Hilton PL

SUPLENTE:

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - 7ª Reunião Especial

1.3 - 7ª Reunião Extraordinária

1.4 - 8ª Reunião Extraordinária

1.5 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATAS

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 12/4/99

Presidência do Deputado João Paulo

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Eduardo Daladier - Irani Barbosa - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - Marco Régis - Maria Olívia - Rêmolo Aloise.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado João Paulo) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 13, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (-A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 7ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 7/4/99

Presidência dos Deputados José Braga, Ivo José e José Alves Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Deputado Sebastião Costa - Palavras do Sr. João Batista dos Mares Guia - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - José Braga - Durval Ângelo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - George Hilton - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Alves Viana - José Henrique - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 9h13min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. João Batista dos Mares Guia, ex-Secretário de Estado.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a receber o Exmo. Sr. João Batista dos Mares Guia, Secretário de Estado da Educação no Governo Eduardo Azeredo, atendendo a requerimento aprovado pelo Plenário. A Presidência agradece a presteza com que o ex-Secretário aceitou o convite para comparecer a esta Casa, a fim de debater com os Deputados as ações implementadas pelo Governo anterior na sua área, tendo em vista o quadro de crise financeira do Estado.

Palavras do Deputado Sebastião Costa

O Sr. Presidente - A Presidência vai conceder a palavra, por 5 minutos, ao Deputado Sebastião Costa, autor da emenda que suscitou a presença do Dr. João Batista dos Mares Guia nesta Casa. Com a palavra, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Sr. ex-Secretário; demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, senhoras e senhores, apresentei emenda ao requerimento do Deputado Márcio Cunha e outros, em que convidavam o Secretário do Governo atual para comparecer a esta Casa, a fim de permitir que o Governo anterior também se fizesse ouvir neste Plenário, uma vez que aqui estão representantes de diversas correntes político-partidárias.

Achei oportuno permitir que houvesse o confronto das informações, embora em datas diferentes, porque, assim, não fica apenas uma voz a divulgar aquilo que acha que é conveniente ou aquilo que é ou não verdadeiro. No momento em que apresentei a emenda, pude contar com o apoio de todos os parlamentares desta Casa; o requerimento foi aprovado por unanimidade, e a emenda de minha autoria foi aprovada da mesma maneira. Portanto, a oportunidade é ótima para que o ex-Secretário da Educação João Batista dos Mares Guia possa discorrer sobre o trabalho daquela Pasta durante a sua gestão.

O Secretário atual, Prof. Murílio Hingel, já esteve aqui e expôs a situação e sua visão sobre a Secretaria. E temos, agora, novamente a oportunidade de ouvir o Dr. João Batista dos Mares Guia, que também foi titular daquela Pasta. Acho que as informações de um e de outro serão muito importantes, porque, enquanto estiver aqui, entenderei que devam ser ouvidos os dois segmentos, para que possamos formar juízo das questões e dar à sociedade a oportunidade de acesso às informações prestadas por ambas as correntes. Assim, é, para mim, motivo de muita alegria reencontrá-lo aqui, Dr. João Batista dos Mares Guia. Assim sendo, poderemos ouvir de V. Sa. as informações a respeito da Secretaria de Estado da Educação, durante o Governo do Dr. Eduardo Azeredo.

Palavras do Sr. João Batista dos Mares Guia

O Sr. Presidente - Esta Presidência, antes de conceder a palavra ao Dr. João Batista dos Mares Guia, apresenta, em nome deste Poder, as boas-vindas ao ilustre convidado, que, certamente, com seu dinamismo, enriquecerá os debates desta manhã. Com a palavra, o Dr. João Batista dos Mares Guia, que disporá de até 30 minutos para sua exposição.

O Sr. João Batista dos Mares Guia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo agradecer à Assembléia Legislativa e, de modo especial, ao Deputado Sebastião Costa, por esta oportunidade de participar de um debate democrático a respeito do tema educação.

Mudança de governo suscita um sentimento de ampla tolerância, do ponto de vista da ética democrática, por parte daqueles que movem oposição por razões bem fundadas. Isso, portanto, em termos de racionalidade, sugere que se deva esperar um pouco o tempo passar, para que os novos governantes possam fazer um bom diagnóstico da situação que encontram e, sobretudo, apresentarem, de modo mais consistente, as suas próprias idéias, tanto quanto possível, na forma de programas e projetos operacionais, que se transformam em ações práticas.

Eu me impus esta disciplina democrática, tanto que já transcorreram 100 dias do início do atual Governo e, com a única exceção de uma entrevista insistentemente solicitada pela "Folha de S. Paulo", não fiz nenhuma manifestação a respeito das inúmeras críticas que, recorrentemente, têm sido feitas a nossa administração, no período de 1995 a 1998, pela atual direção da Secretaria de Estado da Educação. Digo isso com muita tranquilidade, porque, após os resultados das eleições no segundo turno, eu próprio, como Secretário, tomei algumas decisões. Em primeiro lugar, antes mesmo de o Governo eleito cogitar da organização de comissões de transição temática por secretaria, organizamos uma comissão de transição na Secretaria da Educação, coordenada pelo Secretário Adjunto, Prof. João Filóquio Saraiva, físico, epistemólogo, especialista em Piaget, com pós-doutorado em formação de professores, uma autoridade intelectualmente reconhecida nos meios educacionais em todo o País. Além dele, participaram mais seis pessoas da equipe de gestão estratégica da Secretaria de Estado da Educação. Todas elas eram qualificadas para prestar quaisquer informações necessárias, orientar a nova equipe de transição, apresentar e debater com a equipe do Governo vitorioso cada um dos programas e projetos que organizamos e implementamos, simultaneamente, ao longo dos quatro anos da nossa administração. E isso pode ser testemunhado sobejamente por inúmeras pessoas, creio que a própria equipe de transição da educação do novo Governo não se recusaria a admitir esse fato objetivo, mas qual foi a nossa surpresa, quando pudemos observar, no dia-a-dia dos dois últimos meses do ano passado, o completo desinteresse da chamada Comissão de Transição na busca de qualquer informação mais substantiva a respeito do que se fazia na Secretaria de Estado da Educação. Por exemplo, um programa como o Pró-Médio, de capacitação e revisão curricular, que, hoje, trabalhando como consultor, estamos levando para o Estado do Rio de Janeiro, a convite do Secretário de Estado da Educação, feito pessoalmente a mim; estamos implantando no Estado do Espírito Santo; estamos implantando ou começando a implantar no Estado do Ceará; estamos negociando agora com o Estado de Goiás. Ainda temos mais três Estados interessados na consultoria do nosso Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais.

Não se fez uma única pergunta a respeito do Pró-Médio, o que é particularmente grave, pois, hoje, no Brasil e, sobretudo, em Minas, estamos com a situação de oferta educacional para crianças de 7 a 14 anos praticamente resolvida, mais em Minas do que no próprio Brasil. O ensino fundamental dispõe de vagas para todos em abundância. Há mais vagas disponíveis do que demanda por vagas, embora ainda se tenha, em razão de pobreza absoluta, a questão da deserção escolar, sobretudo em períodos de safra agrícola, principalmente em regiões cafeeiras. Vagas não faltam.

Entretanto, o grande problema da matrícula, neste País, atualmente, é a vertiginosa expansão do ensino médio, provocada por algumas razões óbvias: a primeira delas, a universalização da cobertura escolar no ensino fundamental, há vagas para todos; a segunda é a melhoria do fluxo escolar no ensino fundamental, caem a repetência e a evasão. Ao lado disso, a adoção de programas de aceleração da aprendizagem, que permitem que crianças e jovens com defasagem em idade, em relação à série, de dois anos ou mais, possam, como a LDB recomenda e o Ministério financia e estimula, participar de programas de aceleração de aprendizagem, fazendo, assim, dois anos em apenas um ou três anos em apenas um, dependendo do desempenho ou do rendimento desses alunos.

Portanto, no caso de Minas, isso revela que estamos convivendo, ano após ano, com uma inflação de demanda, um crescimento vertiginoso da procura por matrículas no ensino médio. Basta dizer que, quando começou o Governo Eduardo Azeredo, tínhamos 311 mil alunos matriculados no ensino médio, na rede estadual de Minas Gerais. Quando terminamos a administração, em dezembro de 1998, o número de alunos matriculados era 800 mil. Enquanto a expansão, no Brasil, nos quatro anos, de 1995 a 1998, no ensino médio, foi da ordem de 40% na média nacional, em Minas foi muitas vezes superior a isso, passou de 150%.

Ora, a expansão do ensino médio suscita um gravíssimo problema de financiamento. É que o investimento por aluno no ensino médio é comprovadamente o dobro do valor do investimento por aluno no segmento da 1ª à 4ª série do ensino fundamental. Como a LDB diz que é prioridade do Estado organizar o sistema e garantir a matrícula para o jovem que queira frequentar o ensino médio, coloca-se um problema: como financiar a expansão do ensino médio? Estou citando esse exemplo do ensino médio para caracterizar a grandeza do problema e a alta prioridade que ele deveria ter na busca de soluções minimamente compartilhadas.

Entretanto, o tema do ensino médio, especialmente o Programa de Capacitação e Revisão Curricular do Ensino Médio, que hoje é modelo adotado pelo Ministério da Educação, o modelo que desenvolvemos em Minas Gerais, não foi objeto, por parte da Comissão de Transição, do menor interesse, não se fazendo uma única pergunta a respeito desse assunto. Organizamos uma equipe, ao longo de quatro anos, para criar uma cultura de gestão do ensino médio na Secretaria de Estado da Educação, que antes não existia - as Secretarias de Estado da Educação no Brasil tinham uma cultura mais centrada no ensino fundamental, especialmente, no segmento da 1ª à 4ª série, nenhuma delas, talvez a única exceção fosse São Paulo, que, na área técnico-profissional, tinha uma cultura desenvolvida no ensino médio. Toda essa equipe - que me permito chamar, com orgulho, de magistral, uma equipe técnico-profissional, que jamais teve vínculo político-partidário (coincidentalmente nenhum de seus integrantes jamais teve traço de militância política) foram recrutados por mérito, avaliados segundo o desempenho - foi sumariamente demitida, e hoje não existe núcleo de ensino médio na Secretaria de Estado da Educação.

Deixamos formulado o esboço ou escopo de um programa de financiamento do ensino médio para nos candidarmos a recursos internacionais, através do Ministério da Educação, com subsídio federal de até 50% dos recursos que fossem contratados junto ao Banco Mundial, que cobra juros internacionais de 6% ao ano, com prazo de carência de 5 anos para pagamento, após esse prazo de carência, ao longo de 18 anos. Deixamos tudo isso encaminhado. Nem sequer isso foi objeto de interesse.

Hoje o Estado de Minas Gerais, através de sua Secretaria de Estado da Educação não tem projeto que apresentar ao Ministério da Educação, vencendo o prazo no próximo mês de julho, e pelo menos 23 dos 26 Estados e mais o Distrito Federal já estão aptos a apresentar projetos. Eu próprio, como consultor, estou ajudando quatro Estados a formular seus projetos com vistas a obter o financiamento internacional, repito, com subsídio, a fundo perdido, de 50% do valor total do financiamento.

Mais do que isso, quando era Secretário no Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação, fiz uma proposta aprovada pelo CONSED e pelo Ministro Paulo Renato de que, quando o Fundo de Estabilização Fiscal terminar em 31 de dezembro de 1999, como ele retém 20% do salário-educação de cada um dos Estados, isto corresponde, no caso de Minas Gerais, a uma retenção de R\$32.000.000,00 por ano, a partir de 1º/1/2000 já não havendo o FEF nem a retenção do salário-educação, quando esses R\$32.000.000,00 retornassem a Minas Gerais e à Secretaria de Educação, retornariam para investimentos no ensino médio, podendo o Governo de Minas, sem dinheiro novo, sem onerar recursos orçamentários, fazer face às contrapartidas do financiamento internacional e, assim, assegurar a expansão do ensino médio.

Fizemos um cálculo do fluxo da demanda do ensino médio, usando a técnica do pró-fluxo desenvolvida por Rubem Klein e Sérgio Costa Ribeiro. Este último já morreu, e Rubem Klein é hoje o maior estatístico do País. Trabalha como orientador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica do MEC. Mostramos que até o ano 2004 Minas Gerais chegaria a ter 1.400.000 alunos no ensino médio. Portanto o grande desafio que teríamos nessa etapa seria assegurar o financiamento dessa expansão e, ao mesmo tempo, assegurar o crescimento da matrícula, juntamente com a melhoria contínua da qualidade.

A melhoria contínua da qualidade seria respondida exatamente com o Pró-Médio, o Programa de Capacitação de Professores e revisão curricular, que acabou em Minas Gerais.

Sem dúvida alguma, é o programa mais bem-sucedido na história do ensino médio do País. Isso é um consenso no CONSED, reconhecido pelo Ministério da Educação.

Posso, agora, com certa tranquilidade testemunhar o interesse dos Estados em que possamos dar orientações até na formulação de projetos junto com as equipes da Secretaria, exatamente pelo reconhecimento da excelência do trabalho que fizemos.

Lamento muito citar esse exemplo, porque a minha atitude não poderia ser diferente, foi exatamente no sentido positivo, primeiro, como democrata, reconhecendo a expressão livre, democrática e majoritária do povo de Minas Gerais. Segundo, porque o compromisso com a educação é um compromisso com o cidadão, é um compromisso de civilidade que ultrapassa muito a questão das paixões políticas ou das preferências partidárias.

Tão logo proclamados os resultados eleitorais, procurei a gerência do Banco Mundial no Brasil. Tomei a iniciativa de solicitar à gerência do Banco Mundial que fizesse um contato com quem eu presumia viesse a ser o próximo Secretário de Estado da Educação, o Sr. Murílio Hingel. A pessoa do Banco Mundial chama-se Alcione Saliba. Era gerente do programa para Minas Gerais, hoje, Secretária de Estado da Educação do Paraná, colega do Secretário de Minas no Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação, e pode dar o testemunho pessoal a qualquer tempo disso que agora vou dizer. Convenci a gerente do programa do Banco Mundial que fizesse um contato com o Sr. Murílio Hingel, exatamente para mostrar a ele e, por meio dele, à comissão de transição do novo Governo a importância de se dar seqüência ao projeto Pró-Qualidade de financiamento com recursos internacionais, visando à equidade e à melhoria da educação básica em Minas Gerais, para que a comissão de transição e a futura equipe dirigente da Secretaria se pudessem valer das negociações que já tínhamos conduzido com a direção internacional do Banco Mundial, visando a um segundo Pró-Qualidade, que chamávamos Pró-Qualidade II, postulando US\$150.000.000,00, até mesmo com articulações no Senado e no Banco Central para que, mesmo estando impedido Minas Gerais de obter novos empréstimos internacionais que, em virtude da excelência do desempenho do pró-qualidade de Minas, testemunhada pelo próprio Banco Mundial, e com apoio do Ministério da Educação, pudessem nos habilitar a obter um segundo financiamento do Banco Mundial, dinheiro mais barato do mundo - 6% de juros reais ao ano, 5 anos de carência, 18 anos para pagar. Não houve esse interesse. A Profa. Alcione Saliba, Secretária de Estado da Educação do Paraná, está disponível para dar seu testemunho a respeito do empenho pessoal do ex-Secretário, para que a nova administração da Secretaria não perdesse a oportunidade de continuar negociações, entendimentos e até postular a obtenção de novo financiamento educacional para o Estado de Minas Gerais. Esse assunto jamais foi interesse da comissão de transição, nos meses de novembro e dezembro, ao fazer contato com a nossa equipe.

Das críticas que têm sido apresentadas, indo mais diretamente ao ponto, uma vez que teremos a oportunidade do debate, infelizmente terei de fazer referência a algumas coisas que são rigorosamente pontuais, que chamaria até mesmo de banais. Mas, como foram ampla e largamente difundidas, até no Jornal Nacional, da Rede Globo, é hora de fazermos as devidas refutações. A primeira delas é que teríamos cometido excesso por manter a Secretaria de Estado da Educação em um prédio situado na esquina da Rua Inconfidentes com a Rua Pernambuco, pagando um aluguel de aproximadamente R\$120.000,00. Não sou especialista em negócios imobiliários. Esse aluguel foi feito por volta de 1991 ou 1992. Tivemos os cuidados devidos. Esses estão muito abaixo de qualquer preço praticado no mercado. É um imóvel com 11.000m² de área utilizável, onde conseguimos instalar toda a Secretaria de Estado da Educação. Antes disso, a Secretaria funcionava em seis prédios, cujos alugueis, com os preços projetados para hoje, seriam pelo menos quatro vezes maiores do que o preço pago pelo aluguel do prédio atual, onde se concentra toda a Secretaria de Estado da Educação.

O segundo aspecto é que deixamos a Secretaria com 1.604 funcionários no órgão central, 250 deles estagiários de nível universitário, alguns funcionários terceirizados, como o pessoal da limpeza, da conservação, da segurança, os ascensoristas e as secretárias recepcionistas, que trabalham com uma linha de computadores para prestarem informações prontas ao público. Esses totalizavam em torno de 100 a 120 funcionários. Os funcionários designados eram em número de 600, além dos funcionários de carreira. Quando a Secretaria tinha 2.200.000 alunos e funcionava em seis prédios, em Belo Horizonte, tinha 4.682 funcionários. Na minha administração, já funcionando em um único prédio, que recebemos da administração anterior, passou, gradualmente, a operar no nível central com 1.604 funcionários. Qual é o prodígio? Passamos a ter 3.250.000 alunos, com 1.604 funcionários no órgão central, "versus", no passado, início da década de 90, 2.200.000 alunos, 4.682 funcionários. Com três vezes funcionários a menos, tivemos um crescimento de um milhão de novas matrículas, o que foi chamado, pela nova administração, de ineficiência gerencial. É, no mínimo, curioso. Foi afirmado que havia 600 funcionários designados a mais. Fiquei muito preocupado com isso, porque trabalhamos em uma linha chamada de gerência por projetos, administração por projetos, que não é fácil, pois requer acreditar na autonomia das pessoas e dos sujeitos o tempo inteiro, requer monitoramento e avaliação o tempo inteiro. Trabalhamos nessa perspectiva. Todas as pessoas que trabalharam conosco tiveram, sucessivamente, oportunidade de participar de cursos, de programas de capacitação de toda a ordem, desde informática até contabilidade informatizada, cursos de língua estrangeira, programas de especialização para que pudessem se desenvolver, com muita aptidão e proficiência, à frente dos projetos que estavam dirigindo na Secretaria de Estado da Educação.

Esses 600 funcionários designados, todos eles, invariavelmente passaram por programas de capacitação continuada. Se eles eram excessivos na Secretaria de Estado da Educação, a questão é: por que eles permanecem três meses após o início da nova administração? No mínimo, deve ser uma evidência de que eles não eram excessivos. E, curiosamente, nós que fomos acusados de excesso, trabalhamos com duas subsecretarias. Hoje, a Secretaria de Estado da Educação tem quatro subsecretarias. Nós trabalhávamos com duas. Então, são coisas que não são divulgadas pela mídia, mas o que aparece de modo retumbante é que teríamos 600 funcionários a mais, quando se sabe que, ao se fazer qualquer avaliação isenta, isso não é verdade. Por que, então, não se contratou uma auditoria externa para fazer uma avaliação rigorosa do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação?

Deixamos a Secretaria de Estado da Educação completamente informatizada. Até as Secretarias Executivas têm computadores. A maioria deles são ligados em rede. Todos os serviços são informatizados sem nenhuma exceção, da recepção ao gabinete do Secretário, passando pelas Secretarias Executivas. Onde está o excesso? Se houve um traço na minha

administração, foi o rigor por não saber trabalhar com muita gente. Três milhões, duzentos e cinquenta mil alunos, 1.604 funcionários, quando nos anos 90, início da década, tínhamos 4.682 funcionários, seis prédios, 2.200.000 alunos. Há algo de profundamente equivocado no diagnóstico do atual Secretário, que, quando diz que não dá muita importância a dados e que a época das estatísticas passou, eu lamento. Já houve quem dissesse que a linguagem através da qual Deus escreveu a natureza é a matemática. Se não há gosto pela matemática, eu lamento. Historiador por historiador eu também o sou, mas nunca me desgostei da matemática, sobretudo, por ser coordenador na área da educação. Tenho trabalhado o tempo inteiro com formulação de programas e de projetos de políticas públicas educacionais, formulação de objetivos gerais e específicos, descrição de processos, formulação de metas e de indicadores. Tenho trabalhado com dados através dos quais você presta contas publicamente, de modo democrático, aos cidadãos o tempo inteiro. Não ter dados é não ter linguagem adequada para informar aos cidadãos a respeito do que se passa. Isso tem nome. Chama-se amadorismo, quando não, despreparo intelectual mesmo. É lamentável esse tipo de coisa. Por que esse tipo de disputa? Preserve-se a educação. Esse foi o nosso objetivo: sensibilizar o Banco Mundial para manter os financiamentos atuais e ampliar uma nova carteira de financiamentos.

A segunda crítica que foi apresentada de público é espantosa. Foi a de que pouco importa que Minas Gerais tenha obtido o primeiro lugar no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, no Brasil. Segundo o atual Secretário, de que adianta ser o primeiro entre os piores? Os senhores ouviram isso aqui. Isso foi dito reiteradamente através da mídia e dito aqui explicitamente. Qual é o valor de ser o melhor entre os piores? O que é o SAEB, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica? Ele foi criado em 1989. Até o início de 1995, ele não era referência para nenhum educador, nenhum sistema de ensino, neste País. Metodologia equivocada, dados imprecisos, porque não se calculava num senso escolar nacional, senso de professores, e não havia uma teoria e uma metodologia de coleta de dados. Era muito mais uma definição de amostras para fazer avaliação de desempenho ou de proficiência ou de rendimentos de alunos. Até o final de 94, inclusive, o SAEB não foi considerado vigorosamente por nenhum formulador de política pública neste País na área educacional, por nenhum estudioso de educação neste País e não era referência nos simpósios e nos congressos internacionais sobre avaliação de proficiência ou aprendizagem de alunos. De 95 para cá, isso muda completamente. O SAEB é reorganizado e adota a chamada teoria da resposta ao item. A partir daí, o SAEB passa a ser uma referência para os formuladores de política educacional, para os estudiosos, e o SAEB hoje está sendo estudado, no mundo inteiro, pelos especialistas, como o mais promissor sistema de avaliação de aprendizagem de alunos no mundo.

Os especialistas da celeberrima Inglaterra, que fundou, na passagem do século XVIII para o século XIX, o primeiro sistema de avaliação de desempenho de alunos, se admiram da excelência do sistema nacional de avaliação da educação básica no Brasil.

Até entendo que a equipe dirigente atual não compreenda o que seja o SAEB, pois, reconheço, trata-se de um sistema muito sofisticado.

Em linhas gerais, e correndo o risco de não conseguir, vou tentar cumprir a promessa de elucidar o SAEB. O que é o SAEB? Cumprindo a LDB, cumprindo o que os parâmetros curriculares do Ministério da Educação propõem, o que faz o SAEB?

O SAEB pauta-se numa orientação que está na LDB, que é a seguinte: não se deve mais fazer educação e avaliar aprendizagem, baseando-se apenas em currículos formais, aqueles que aparecem escritos nos índices dos currículos didáticos - conceitos, fatos e princípios generalizantes a partir de conceitos: as leis.

Os cursos eram dados dessa maneira. O foco era o ensino, o professor-espetáculo. Em geral, não se dava atenção ao fato de como os alunos aprendem, não se dava atenção ao fato de que os alunos aprendem de forma diferenciada, não se dava atenção ao fato de o aluno criança somente ter disposição para aprender quando ele cria sentido para aquilo que está aprendendo. Isso requer do professor o domínio de uma arte: a astúcia para fazer orientações didáticas adequadas aos alunos em cada sala de aula.

O SAEB introduz um teste de avaliação, chamado de "proficiência do aluno", isto é, avalia-se a aprendizagem do aluno. Que aprendizagem? As chamadas cognitivas ou intelectuais, que têm a ver com fatos, conceitos e princípios; as chamadas procedimentais, que são a arte da organização e do planejamento - a meta-cognição; a capacidade de formular problemas, de se organizar colegiadamente, de buscar soluções para os problemas, que tem a ver com a educação para a cidadania. E, finalmente, as competências atitudinais, que têm a ver com valores: solidariedade, disposição para cooperar, valorização do outro, entendimento do outro, enfim, o desenvolvimento do que pode ser chamado competência ética e sociabilidade.

Entendeu-se que a educação no Brasil - está na LDB e na Constituição brasileira de 1988 - deveria ter, como finalidade suprema, a formação para o exercício da cidadania. Entendeu-se que a formação para o exercício da cidadania não pode ser alcançada apenas com a formação estritamente racional e intelectual, à base de conteúdos curriculares, como se fazia nos tempos passados.

A modernidade introduzida no Brasil e no SAEB é essa. O que se busca, no exercício da cidadania, por parte do aluno, visto, agora, na sua idade atual, como cidadão e não como homem ou cidadão futuro, é exatamente o exercício e a aprendizagem, independentemente da idade, a cada momento - na sala de aula, em casa e no mundo - do que é cidadania.

Portanto, competência cognitiva é que o UNICEF chama de necessidades básicas de aprendizagem: o domínio dos códigos da linguagem; se possível, uma língua estrangeira; o domínio dos códigos da matemática; a facilidade da comunicação e da comunicabilidade; o domínio da lógica, para que haja inteligibilidade no que diz ao outro e para que entenda o que o outro diz, e a capacidade de resolver problemas. É isso o que o SAEB busca alcançar.

A formulação dos testes do SAEB apresenta questões interdisciplinares que propõem aos alunos reflexão, pensamento e criação, além do que o livro-texto propõe. São questões formuladas para apresentar aos alunos desafios na linha intelectual ou cognitiva, de fatos, princípios e conceitos, na linha procedimental, habilidades na área de organização, de planejamento e de resolução de problemas, e habilidades na área de valores e atitudes: "como me situo, no mundo, na relação com o outro?" Valores, já se sabe, aprende-se quando criança, pela força do exemplo, mas também em momentos de racionalização intelectual, porque valores, para servirem para a convivência humana, em algum momento têm que ser transformados em normas. E normas, na democracia, devem ser compartilhadas e compreendidas por todos, para não virarem objeto de manipulação e de imposição.

Entendo que para a equipe atual da Secretaria de Estado de Educação não é fácil compreender isso.

A equipe não teve nem a humildade de procurar saber. É muito grave, quando se diz aos mineiros, subestimando a capacidade dos nossos alunos, subestimando a inventividade e o talento dos nossos professores e dirigentes escolares, que não tem nenhum valor sermos os primeiros no SAEB Nacional dentre os piores. Equívoco atrás de equívoco.

Em primeiro lugar, porque, em 1995, o SAEB reformulado, já na administração do Ministro Paulo Renato, Minas Gerais ficou em 4º lugar, o Distrito Federal em 1º, o Estado de São Paulo em 2º. O Distrito Federal, com justificada razão, comemorou. Era a administração de um Governador de alta competência, um cidadão que merece todo o respeito, Dr. Cristovam Buarque. O Distrito Federal, através de seu Governo, celebrou esse 1º lugar no País, por dois anos.

O Distrito Federal virou referência para estudos, até internacionais, a respeito da melhoria da qualidade do ensino, e nós estávamos em 4º lugar. São Paulo em 2º lugar. No último SAEB, desqualificado pela atual direção da Secretaria de Estado da Educação, o Distrito Federal passa para o 4º lugar, São Paulo para o 6º, e Minas Gerais se eleva para o 1º lugar. E 1º lugar não fortuito, 1º lugar em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, na 4ª série. Primeiro lugar em uma disciplina da 8ª série e 2º lugar, perdendo para o Paraná, em outras duas disciplinas desta série. Primeiro lugar no ensino médio, em todas as disciplinas.

Se comparamos Minas com Minas, de 1995 para 1998, ela melhorou em relação a si mesma - o que é um dado profundamente relevante - em todas as disciplinas. Se comparamos Minas com outros Estados, vamos observar que a região que mais progrediu no Brasil, no período, não foi o Sudeste, não foi o Sul, foi a região nordestina. Como se justifica o desapareço de um ex-Ministro e atual Secretário?

Como se pode conviver com o desapareço de um ex-Ministro e atual Secretário pelos alunos e educadores de seu próprio Estado, que obtém um resultado extraordinariamente brilhante? Não é resultado do Secretário, é resultado dos educadores, são eles que desenvolvem, na sala de aula, no dia-a-dia, o processo de ensino e aprendizagem. Se algum mérito tivemos, foi secundário; o mérito é deles, dos professores do Estado de Minas Gerais, das nossas famílias, dos nossos dirigentes escolares, a quem agradeço profundamente e de coração, com grande orgulho.

Isso é desclassificado. Fico duplamente constrangido e, de certo modo, envergonhado, porque convivo com os Secretários de Estado da Educação. Ofendem-se os Secretários de

Estado da Educação do Brasil, ofende-se o Ministério da Educação, tenta-se desqualificar o SAEB, que hoje é objeto de pesquisa e estudo em todo o mundo, por parte dos melhores especialistas em avaliação, com a teoria da resposta ao item que avalia proficiência, o conjunto das competências cognitivas, procedimentais e atitudinais no campo dos valores, para o exercício da cidadania. Isso é desqualificado pela Secretaria de Estado da Educação.

Se ela desqualifica isso, é natural que desqualifique a idéia de ciclo e de progressão continuada. A idéia de ciclo foi chamada aqui, pelo atual Secretário, de aprovação automática e irresponsável. A progressão automática está autorizada neste livrinho - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -; está autorizada nos parâmetros curriculares nacionais, cuja estrutura está descrita neste diagrama, sendo esta a linha onde se fala de 1º, 2º, 3º e 4º ciclos, cada um com dois anos, para o ensino fundamental. Se desqualificam o SAEB, é natural, do ponto de vista da lógica, do óbvio, que desqualifiquem o ciclo e a progressão continuada. Se não entenderam o SAEB, se não entenderam o que é proficiência, o que são habilidades cognitivas, o que são habilidades procedimentais, o que são habilidades atitudinais, é natural que não entendam o ciclo e, muito menos, a progressão continuada.

É espantoso ouvir o que ouvimos de um ex-Ministro, de um atual Secretário, um homem sério, certamente bem-intencionado, de bons propósitos - e não descreio disso de maneira nenhuma. Num programa de televisão da TV Minas, que durou uma hora, quando lhe perguntaram a respeito do ciclo, ele disse que isso é uma questão de pedagogia e que pedagogia é questão de opinião, cada um escolhe como quer. Sr. Secretário, ciclo não é questão de pedagogia. O problema da pedagogia é que ela não tem objeto próprio. Ela é como se fosse uma área intelectual discursiva, sem um objeto próprio. Em nome dela tudo se fala, e todos acham que tudo podem fazer.

A idéia de ciclo e de progressão continuada não é questão de opinião, porque opinião é vulgaridade, é intuição. A opinião é cega porque não tem conceito. Conceito sem intuição é vazio. Intuição sem conceito é cega. Ciclo não é questão de opinião, Sr. Secretário. Ciclo é questão de ciência: a chamada psicogênese da aprendizagem, de Jean Piaget, e o chamado sociointeracionismo em educação, que são ciências que se dedicam à pesquisa na área da psicologia cognitiva e que hoje são praticamente um consenso mundial entre pesquisadores da área educacional e da área de quem faz a seguinte pergunta: como a criança aprende? Humildemente, aprendi isso. Quem não quis aprender, tem tempo de fazê-lo, mas não emita opiniões a respeito de ciência, porque serão ilusões em cima de ilusões. É isso o que tenho ouvido.

Então, resolvi agir de modo diferente. Ao invés de ficar concedendo entrevistas, de nos digladiarmos sobre questões pontuais, resolvi fazer algo melhor, com a ajuda de alguns companheiros. Estamos elaborando dois livros, e o primeiro deles fica pronto no mês de junho deste ano. É um balanço crítico, porque também cometemos equívocos. Eu mesmo tenho críticas específicas, pontuais, à nossa administração. Nunca as neguei. Elas estão documentadas, gravadas e, inclusive, filmadas. Não sou dos tais que mistificam.

A minha preocupação é em proveito da educação. É em respeito e louvor ao aluno, à família e ao professor. Como é que se desqualifica o 1º lugar de Minas Gerais no Brasil? E, por azar dos críticos, ou melhor, dos opiniáticos - porque crítica tem fundamentação conceitual; a opinião não precisa ter, porque não tem compromisso com nenhuma atitude para melhorar aquilo de que trata -, o que agora vem à luz? Ainda na nossa administração, uma instituição vinculada à UNESCO - e aí não há dúvida, porque o atual Secretário tem muito respeito pela UNESCO -, chamada Organização para as Reformas Educacionais na América Latina e no Caribe - OREALC -, que faz pesquisas de alto nível sobre reformas educacionais nessa grande região e estudos comparados de experiências de reformas educacionais - tenho participado, inclusive, de seminários -, propôs-se a fazer o primeiro estudo comparado na área - Caribe e América do Sul - sobre aprendizagem de alunos. Foram selecionados quatro países: Argentina, que é célebre e tem tradição educacional; o Chile, que é mais célebre; Cuba, que é o melhor; e, no Brasil, três Estados, entre eles Minas Gerais, com a maior das amostras entre os Estados selecionados. E, na amostra de alunos que participariam dos testes, houve até um equívoco, de certo modo, metodológico. No caso de alguns países latino-americanos, há mais população rural que no Brasil. E o cálculo da distribuição entre urbano e rural foi o mesmo apresentado para o Brasil. Então, tivemos um excesso de alunos do meio rural participando e um número inferior ao que a proporção estatística indicava de alunos do meio urbano. Mas que bom que tenha havido essa distorção estatística, por assim dizer.

Acabam de ser divulgados os resultados da avaliação da OREALC. Em 1º lugar, Cuba; em 2º lugar, Chile, Argentina e Brasil empatados, e os resultados de Minas Gerais, respondendo pelo Brasil, são melhores que os outros. Ficar no mesmo patamar latino-americano do Chile e da Argentina nos orgulha, porque a Argentina, no final do século passado, quando Pedro II criava a primeira escola primária no Brasil, já tinha alfabetizado todas as suas crianças. O Chile, apesar das dificuldades de país ainda pobre, é extremamente bem organizado e não abdica, em hipótese alguma, do compromisso com a equidade, especialmente na área educacional.

Morei lá, durante dois anos e meio, como exilado, e pude testemunhar isso. E nós ficamos em 2º lugar, juntamente com o Chile e a Argentina. No Brasil, ficamos em 1º lugar. No entanto, isso é desqualificado por um ex-Ministro e Secretário de Estado. Tenho a impressão de que resolveram fazer uma espécie de moratória intelectual, uma moratória crítica, ou seja, abdicar da criticidade. Resolveram fazer uma moratória da observação, ou seja, abdicar do ato de observar. Não é possível que exista tanta paixão ensandecida a ponto de não se ver o óbvio.

Finalizo, para tentar respeitar o tempo - o que, da minha parte, seria um prodígio -, dizendo que me espanta o fato de terem acabado com o Sistema Estadual de Avaliação. É bom que os senhores saibam. Já dissemos o que aconteceu com a equipe do ensino médio, o Pró-Médio. Nós formamos, a partir da administração do Dr. Hélio Garcia, durante quase dez anos, um núcleo que chamamos, em minha administração, de Centro de Qualidade da Informação e da Avaliação Educacional, dirigido pela Profa. Maria Alba. Investimos, nesta década, recursos da ordem de R\$18.000.000,00 na formação e capacitação da equipe, bem como em equipamentos, seminários, simpósios e congressos e na elaboração das avaliações de 1992, 1994, 1996 e 1998. A avaliação de 1998 teve uma amostra de mais de 750 mil alunos. Todo o material está arquivado. Ele não foi processado para produzir os relatórios analíticos a serem enviados às escolas.

A Profa. Maria Alba, com uma trajetória de 30 anos em educação, foi demitida de pé. Ela foi chamada e, sumariamente, demitida. Ela tem 30 anos de dedicação profissional, é autora de ensaios publicados na revista da Fundação Carlos Chagas e agora é Consultora do SAEB nacional. A professora trabalha comigo na consultoria do Espírito Santo e acaba de ser convidada para ser Consultora do Ministério da Educação, para a organização do SAEB de 1999. Assim como ela, toda a equipe e o setor foram literalmente desmobilizados. Já não existe política pública de avaliação na Secretaria da Educação.

E os famosos programas, que todos os senhores conhecem - os que já eram e os que agora são Deputados pela primeira vez -, porque viram as repercussões em suas regiões? Através do Programa de Capacitação de Professores I - PROCAP -, desenvolvemos, em 1998, um módulo de reflexão sobre as práticas pedagógicas, um módulo de Língua Portuguesa e um módulo de Matemática. Neste ano, o primeiro módulo seria de avaliação. O segundo enfocaria o ensino especial e, no seguimento, até o ano 2000, História, Geografia e Ciências. Seria um programa com a duração de até dois anos e meio, com financiamento internacional, através do Pró-Qualidade e do Banco Mundial e com recursos do próprio Governo. O PROCAP foi simplesmente implodido. A Coordenadora Estadual do PROCAP, a Profª. Irene Borges, está implantando, juntamente conosco, o PROCAP no Estado do Espírito Santo. Já não existe o PROCAP no Estado de Minas Gerais.

O Pró-Médio acabou, o PROCAP acabou, o sistema de avaliação acabou. Após essas rumorosas opiniões da nova equipe dirigente da Secretaria da Educação, eu gostaria de saber, colocando-me à disposição para debates na Comissão de Educação, com enorme prazer, quais são as idéias da Secretaria da Educação, quais são os seus programas e projetos. Gostaria de saber, pelo menos, de uma idéia, um programa ou um projeto que esteja sendo implementado.

E finalizo, Sr. Presidente, dizendo que o ciclo não servia, mas o Secretário atual formou uma comissão para estudar como é que a Secretaria da Educação, na minha administração, introduziu o ciclo. A posição oficial da Comissão, expressa num relatório do qual tenho uma cópia, foi favorável à continuação da experiência de ciclo, naturalmente, com as correções que se fizerem necessárias. Uma delas: adotamos o ciclo de quatro anos. Pode-se adotar um ciclo de dois anos. Não há problema algum. Entretanto, foi divulgado pela mídia que o ciclo em Minas Gerais não era outra coisa senão uma irresponsabilidade chamada de aprovação automática.

Como é que aqueles que nos denunciaram como sendo responsáveis por uma irresponsabilidade chamada de aprovação automática mantém a mesma irresponsabilidade? O que é que mudou? Eu digo: mudou para pior, porque as equipes que implantaram o ciclo foram praticamente desmobilizadas, e elas tinham competência para fazê-lo. Então, infelizmente, é a isso que estamos assistindo em Minas Gerais. Não tenho nenhuma dificuldade em afirmar que a Secretaria da Educação, hoje, está literalmente paralisada, do ponto de vista das idéias, da geração de programas e da geração de projetos.

Finalizo, se for o caso, deixando essas observações como uma possibilidade de perguntas dos Deputados. Aqui foi dito, insistentemente, que a nova administração encontrou 56 programas e projetos sendo empreendidos ou supostamente empreendidos pela administração que dirigi. Coloco-me inteiramente à disposição para falar sobre cada um deles, mostrando como começaram, como se desenvolveram, como estavam se desenvolvendo, sendo que alguns deles foram concluídos. Gostaria de citar, como último e derradeiro exemplo, o programa de educação indígena, que é reconhecido como excelência nacional. Fomos muito além, formando 66 professores indígenas, entre os xacriabás, os crenavaques, os pataxós e os maxacalis. Esse programa tem a duração de quatro anos e termina no mês de julho. Cometemos erros, mas tivemos pelo menos uma virtude, ou seja, tudo que nos propusemos a fazer representava consenso, tudo que nos propusemos a fazer teve começo, desenvolvimento e finalização. Coloco-me à disposição para falar sobre os 56 projetos - se o espaço for a Comissão de Educação -, com a presença da equipe dirigente da Secretaria da Educação, a fim de apresentá-los, um a um, e ouvir as eventuais refutações que a nova

equipe dirigente possa apresentar a respeito deles.

Limitei-me, nessa apresentação introdutória, a comentar as opiniões, não as chamaria de críticas, da nova equipe dirigente, que foram vastamente difundidas pela mídia, sem deixar de acrescentar uma informação, que parece-me oportuna para os Deputados. Foi criticado o fato de a Secretaria estar funcionando no prédio onde funciona, pois, presumivelmente, o aluguel seria caro. Quando se apresentou o primeiro conjunto de medidas de contenção de despesas, a primeira delas foi o fim do aluguel do prédio da Secretaria, como se fôssemos perdedores. O que ocorre? Neste momento, a Secretaria da Educação se prepara para transferir a sua sede para a área da Gameleira, ocupando um patrimônio pertencente ao Ministério da Educação, cedido a nós, por nossa iniciativa, desde que funcionasse como centro permanente de capacitação de educadores e de professores. O centro acabou, porque a Secretaria irá para lá. Em nome de poupar um aluguel, se elimina uma das experiências mais exitosas, que foi um centro de capacitação de professores, que funciona 350 dias por ano. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - A Presidência vai conceder a palavra aos Deputados que desejarem formular perguntas ao Sr. João Batista dos Mares Guia. Para tanto, solicita aos parlamentares que se inscrevam junto à Mesa e que, ao fazerem uso do microfone, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as formalidades das saudações pessoais. A cada Deputado será concedido o tempo de 3 minutos para a intervenção, e ao Sr. João Batista será concedido o tempo de 5 minutos para a resposta.

Debates

A Deputada Maria José Hauelsen - Prezado amigo João Batista, permita-me abandonar a formalidade da situação e chamá-lo de amigo e prezado, porque o conheço desde os tempos de 1980, quando, juntos, militávamos no mesmo partido. Desde então, canta-me a facilidade, a esperança com que você faz suas observações e, sobretudo, a segurança de números, que não são colocados de maneira arredondada, mas como 2.201, 6. 305.

Encanta-me sua memória e sua facilidade para expor tantos dados com tanta segurança. Mas você se colocou aberto a críticas, reconhecendo, inclusive, erros que possa ter cometido. E é em nome dessa amizade, porque sei que você separa questões pessoais de questões políticas, que estou aqui para fazer críticas. Não tenho a sua capacidade de conhecimento das coisas, mas tenho a experiência de professora em sala de aula por longos anos. E é justamente essa experiência que me permite ver a situação em que ficou a escola em Minas Gerais. Vários programas não tiveram êxito, entre eles a municipalização, feita de cima para baixo, de maneira imposta. Já conversei várias vezes com Prefeitos, e eles me disseram que as Prefeituras não agüentam pagar e garantir a educação dos alunos municipalizados. Houve, ainda, o fim do ensino profissionalizante, que tirou dos jovens a expectativa de ter um diploma. Houve também a expansão do ensino médio, que forçou uma nucleação, que trouxe prejuízos sérios para a maioria dos alunos. Poderíamos nos demorar em cada um desses itens, mas o meu tempo é curto.

O problema da nucleação faz com que os alunos abandonem as escolas, porque eles têm que pegar, às vezes, dois ônibus, numa cidade de porte médio como Teófilo Ottoni. Eles saem da periferia, vão ao centro e pegam outro ônibus para chegar à escola. E se a nucleação na cidade foi problemática para os alunos, na zona rural foi muitas vezes pior. Passarei às suas mãos um artigo escrito por uma pedagoga, Nice Silva Martim Jabra Jamil, que é professora e administradora em educação, sobre o tema "A Criança Rural na Rota da Lata de Lixo". Esse artigo mostra-nos o drama dos alunos que moram na roça e que sofreram o processo de nucleação dessa maneira tão dura.

Pedimos, nessa humildade que todos devemos ter, que você perceba a necessidade de reavaliar isso, porque seis Estados estão tendo a sua assessoria, e não gostaria que eles passassem pelas mesmas dificuldades que os alunos de Minas Gerais estão passando. Era o que tinha a dizer.

O Sr. João Batista dos Mares Guia - Prezada Deputada e amiga fraterna Maria José Hauelsen, por quem tenho grande apreço e afeto, não há nenhuma razão para ocultar, aqui, o que quer que seja. O Estado é territorialmente imenso; é maior do que a França, maior do que a Espanha. São 853 municípios. A escolha política que fizemos, no que se refere à municipalização, foi a mais árdua, mas, segundo nosso juízo, a mais respeitosa e a mais adequada, que foi negociar com rigorosa abertura, reconhecendo as situações específicas de cada município. É muito provável que equívocos pontuais possam ter acontecido. Sei de um que aconteceu numa das regiões da periferia de Teófilo Ottoni e, assim que fomos informados, inclusive com a sua própria ajuda, prontamente fizemos o diagnóstico da situação e a correção. Sei de mais seis casos envolvendo nucleação de ensino médio, em que a escolha feita e o modo da nucleação não foram os mais adequados, e as correções foram, tanto quanto possível, encaminhadas.

Entretanto, fizemos isso em 853 municípios de Minas Gerais e começamos na Capital. Quando começamos a fazer na Capital, fomos advertidos, sucessivas vezes, de que seria uma loucura, de que teríamos passeatas todos os dias na porta da Secretaria. E eu brincava, dizendo que fiz muitas passeatas na minha época de estudante. Que bom que elas existem. Se estivermos errados, vamos consertar.

Tínhamos, Deputada, 98 prédios funcionando com ensino médio em Belo Horizonte. Não me recordo exatamente do número de alunos que naquele momento tínhamos nas 98 escolas. Mas sei o acréscimo que houve: criamos 18 mil novas matrículas, reduzindo o número de prédios de 98 para 66.

Houve dois casos polêmicos. Um, de uma escola situada aqui atrás do Fórum Lafayette, onde iríamos organizar o Programa Acertando o Passo, aceleração da aprendizagem para alunos da antiga 5ª à 8ª séries, à noite, naquela escola, devido à localização, que é perto do eixo de transporte. Os alunos do ensino médio se deslocariam menos de mil metros para chegar à Escola Maestro Villa Lobos. Os alunos fizeram duas passeatas. Nós os recebemos. Negociamos, e eles aceitaram exatamente o encaminhamento da Secretaria da Educação. Na ocasião, nos fizeram uma crítica: por que isso não foi discutido com o colegiado da escola? Procurei saber, e, de fato, a discussão com o colegiado da escola não havia acontecido. Errou-se na forma, mas, felizmente, acertou-se no encaminhamento. A forma errada foi corrigida depois, incorporando a crítica das pessoas que, muito corretamente, nos chamaram a atenção para o fato de o colegiado não ter sido ouvido na ocasião.

Houve outro caso, envolvendo a Escola Maurício Murgel, em frente ao CEFET, e a Escola Leon Renault. Elas estão distantes uma da outra menos de 500m. Qual foi a reorganização proposta? Na Leon Renault passaria a funcionar o Acertando o Passo, para jovens trabalhadores que trabalham de manhã e de tarde e só podem estudar à noite; e na Maurício Murgel ficaria o núcleo de ensino médio. Ambas as escolas ficam na Av. Amazonas, a menos de 500m uma da outra. Isso provocou um certo rumor, mas ambas as escolas, depois, aceitaram o encaminhamento. Foram esses dois casos que pude diretamente observar e comprovar. Participava, tanto quanto possível, da busca da solução, quando havia um encaminhamento equivocado.

A crítica que a senhora faz, Deputada, centralmente diz o seguinte: a municipalização foi feita de cima para baixo. Acredito completamente na sua sinceridade. Sei que a senhora diz isso convencida de que essa crítica descreve bem a realidade. Permita-me, então, dizer o seguinte: não tenho mais o testemunho do prezadíssimo amigo Onésimo Sepúlveda, ex-Secretário de Educação de Divinópolis, então Presidente da UNDIME, recentemente falecido. Mas tenho o testemunho do Prof. Carlos Alberto de Souza, ex-Secretário Municipal de Educação de Betim, amigo da prezada Deputada que está ao seu lado, que, na ocasião, era o Presidente da UNDIME; tenho o testemunho de toda a Comissão de Educação desta Casa na legislatura passada - está aqui o Deputado João Leite, dentre outros -, que não era uma Comissão formada apenas por Deputados que apoiavam politicamente o Governo passado; tenho o testemunho do Edson Soares, Prefeito da sua cidade, Teófilo Ottoni; tenho o testemunho dos Presidentes das 38 associações microrregionais; o testemunho do Conselho Estadual de Educação, à época dirigido pelo Prof. Ulisses Panisset. Como trabalhamos?

Havia algumas possibilidades, eram três as estratégias possíveis. Uma: racionalista, tecnocrática e autoritária. O Estado pressupõe que tem o monopólio da verdade e da racionalidade, faz um planejamento tecnocrático, dá as suas razões e impõe. Obviamente, descartamos esse cenário. O segundo cenário eu chamaria de clientelista, populista, na esfera da manipulação. É democrático, mas na esfera da manipulação. Chama, um a um, todos os Prefeitos e negocia caso a caso, diferenciadamente, com cada Prefeito, sem critérios objetivos e sem regras claras. Onde houver maior oposição, você flexibiliza mais a negociação e atende: cooptação política. Não fizemos.

O que fizemos? Escolhemos o olho do furacão. O que é isso? Chamamos a UNDIME, então dirigida por um Presidente do PT, educador que respeito, isento, membro do Conselho Estadual de Educação indicado pelo Governador Eduardo Azeredo; chamamos a FEMAN, chamamos a AMN, chamamos a Comissão de Educação da Assembléia e chamamos o Conselho Estadual de Educação. Formamos um colegiado, que trabalhou, Deputada, da primeira quinzena de fevereiro até outubro de 1998, por consensos graduais, até gerar os consensos verdadeiros, que chamamos de Programa Estadual da Cooperação Educacional entre Estado e Municípios, que continha seis capítulos. O último deles foi chamado de Municipalização Solidária. Começava com: Compromisso do Estado de fazer a capacitação dos professores e dirigentes escolares das redes municipais, compromisso de fazer a capacitação dos Secretários Municipais de Educação, compromisso com a avaliação das escolas, nucleação rural, ampliação e universalização da matrícula de ensino médio em todo o Estado de Minas Gerais e prática da equidade, com atendimento diferenciado aos municípios mais pobres. Esse documento foi impresso, assinado por todos e divulgado no Estado.

O lançamento do programa foi feito no dia 6 de novembro, na antiga Serraria Souza Pinto, com a presença do ex-Ministro Paulo Renato, do ex-Governador Eduardo Azeredo, do Carlos Roberto de Sousa, da UNDIME, e de todos os representantes dessas instituições, inclusive do representante da Comissão de Educação na ocasião. Esse documento foi considerado pela UNDIME nacional, presidida pelo Prof. Noroaldo, nordestino e do PT, como referência nacional para as ONDINEs negociarem com as Secretarias de Estado os programas de cooperação educacional que pudessem redundar, mais ou menos, em municipalização. Não posso concordar que seja de cima para baixo, quando o que fizemos foi buscar todas as instituições representativas de todos os autores que, autonomamente, atuaram no processo. Com a participação deles, caso a caso, fizemos as negociações. A maior parte delas foi testemunhada por vários Deputados desta Casa, de todos os partidos, e por todos os Prefeitos. De modo que, Deputado, o resultado foi a assinatura de 832 convênios de cooperação educacional, assinados por mim, em nome do Governo, e pelos Prefeitos Municipais, em nome de seus municípios. O Sr. Newton Cardoso era Prefeito de Contagem. A senhora consegue imaginar-me impondo ao Sr. Newton Cardoso a assinatura de um convênio que causasse dano ao Município de Contagem? O Prefeito de Betim, o Prefeito de Ipatinga, as 29 Prefeituras governadas pelo PT assinaram os mesmos convênios assinados por 832 Prefeitos de Minas. Nunca me constou que qualquer Prefeito do PT houvesse feito a crítica de que impussem alguma coisa. Pelo contrário, de Chico Ferramenta ouvi elogios públicos a esse respeito, como ouvi do Prefeito de Betim e de todos eles. Qualquer Deputado que aqui está pode dar um testemunho isento, dizer se tem notícia, em qualquer região do Estado, de que tenhamos imposto isso. Vejo aqui o Deputado Paulo Piau, do Triângulo mineiro. Podemos imaginar que eu tenha imposto alguma coisa ao Prefeito Virgílio Galassi? Está aqui o Líder do PSDB, que é da região. Entretanto, o Prefeito Virgílio Galassi também assinou e participou do convênio. Separa a crítica de V. Exa., Deputada Maria José, porque sei que é sincera, acredita nisso. Mas não posso admitir a maneira como o atual Governo vem fazendo críticas. O atual Governo, por seis vezes, durante a campanha eleitoral, foi ao vídeo dizer que a municipalização era uma afronta aos alunos e uma política de exclusão dos mais pobres, prometendo revê-la. Deputada, a senhora faz parte do bloco que apóia o atual Governo. Então, por gentileza, informe-me sobre qual foi a revisão que o atual Secretário da Educação fez, em quaisquer processos de municipalização feitos no Estado de Minas Gerais, durante minha administração. Gostaria de saber se houve uma única revisão em qualquer município. Pode haver desinformação da minha parte, mas, que eu saiba, não só não foram feitas revisões como também continuaram as municipalizações. Como o novo Governo havia ganho as eleições e feito o alerta de que estaríamos impondo a municipalização, de modo próprio, em novembro, dezembro, suspendi esses processos, em respeito aos cidadãos que elegeram uma outra proposta, somente assinando dois convênios, coincidentemente propostos por dois Prefeitos do PMDB e que apoiaram o atual Governador nos dois turnos. Lembro-me de que um deles foi com o Prefeito de Viçosa. Somente assinei para esses dois, que eram do partido do Governador eleito. Com isso, subimos de 832 para 834 municípios, que, voluntária e autonomamente, firmaram convênios de cooperação e municipalização. Tenho orgulho de dizer, Deputada, que cumprimos 100% dos compromissos patenteados no documento do programa de cooperação com os municípios. Espero que haja perguntas a respeito da situação financeira e do FUNDEF, porque vou demonstrar a impropriedade desse tipo de crítica que a Secretaria da Educação tem feito, como se nós não tivéssemos cumprido a nossa obrigação com os municípios. Cumprimos todos. Aliás, isso não é mérito de ninguém, porque a nossa obrigação, num ambiente democrático, é para ser cumprida, e nós a cumprimos, como também o fizeram os Prefeitos. Sou grato a eles por essa confiança.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, meu caro amigo João Batista dos Mares Guia, aliás, nosso ex-correligionário e ex-Deputado pelo PT, é um prazer estar ouvindo a sua exposição sobre o Governo passado. Não vou entrar no processo de crítica, embora as tenha no processo, tanto geral do Governo passado quanto do processo educacional. A Deputada Maria José Hauelsen já colocou algumas. Acho que esse problema da municipalização foi grande, tanto que houve uma resistência bastante volumosa por parte dos sindicatos, em especial do Sind-UTE.

Como meu tempo é curto, gostaria de formular algumas questões. Não tenho a obrigação nem gostaria de fazer da atual Secretaria da Educação, mesmo porque não tenho ainda uma opinião generalizada sobre como anda o atual processo da educação, espero que a Secretaria possa reverter algumas questões que considero críticas. Pode ser que ela não tenha entendido o que foi a Secretaria passada, mas os eleitores também podem não ter entendido. É uma questão a ser considerada.

Gostaria de perguntar a V. Exa. exatamente sobre essa questão do FUNDEF. Estivemos com o Secretário Murílio Hingel, que nos fez uma exposição sobre a situação em que encontrou a Secretaria. É bom que V. Exa. tenha muito apreço pelos números, pode nos confirmar ou não essas denúncias sobre os fundos, como o Fundo BDMG. Eles acabaram sendo objeto de uma CPI, da qual serei relator, que começa a funcionar amanhã. Segundo o Secretário Murílio Hingel, ele encontrou dívidas referentes a recursos, inclusive recursos repassados pela União e outros, como recursos do Tesouro, do salário-educação, do FUNDEF e do Banco Mundial. No caso do FUNDEF, ele encontrou um déficit de R\$77.705.593,00 na caixa, inclusive com um balanço de mais de 400 municípios que não tiveram o repasse em outubro, novembro e dezembro, em um desses meses ou em dois deles. Pelo que me consta, Prefeitos reclamaram de que essa verba já estava atrasada quando o atual Governo entrou.

Gostaria, então, que V. Exa. nos desse uma explicação a respeito disso. Certamente, teremos o maior prazer em recebê-lo na reunião da CPI, mas é importante que o senhor fale a respeito do assunto para que os Deputados possam ter também a sua opinião.

A Deputada Elbe Brandão - Sr. Presidente, para que possamos ter uma melhor ordenação dos trabalhos, gostaria de saber se o Secretário do Governo Eduardo Azeredo, Dr. João Batista dos Mares Guia, tem cinco minutos para responder a cada pergunta. A nossa companheira, Deputada Maria José Hauelsen, formulou quatro ou cinco perguntas, e o ex-Secretário não teve tempo de responder a todas. Isso é angustiante, porque não pudemos ser informados com relação à nucleação rural. Então, gostaria de saber se esses cinco minutos são para que responda a uma pergunta ou para que responda a blocos de perguntas. Realmente, em cinco minutos não dá para o ex-Secretário responder a blocos de perguntas tão complexas, que necessitam de um maior esclarecimento por parte dele.

O Sr. Presidente - Esta Presidência compreende a preocupação de V. Exa., no entanto vem procedendo como se tem procedido em todas as outras sessões em que há convidados para debates. Porém concordo com V. Exa.: cada Deputado deveria fazer apenas uma pergunta, para que ele possa respondê-la dentro desse prazo.

Entretanto, quero reafirmar que não há discriminação; o que vem sendo feito é usual nesta Casa. Como adverti anteriormente, a cada Deputado será concedido o tempo de 3 minutos para intervenção, e ao Dr. João Batista será concedido o tempo de 5 minutos para resposta. Portanto, esta Presidência está agindo de acordo com o que é usual nesta Casa.

A Deputada Elbe Brandão - Agradeço o esclarecimento de V. Exa., mas que fique registrado que a falta de tempo para resposta do ex-Secretário João Batista não seja caracterizada como se ele não tivesse condições de responder, ou seja, ao Secretário foi perguntado sobre avaliação e não respondeu. Então, que fique claro que foi por falta de tempo e por causa do toque da campanha que o Secretário não respondeu.

Pedimos aos nossos colegas que façam uma pergunta de cada vez e que possamos voltar ao microfone duas, três, quatro ou cinco vezes, se for necessário, para que possamos dar ao companheiro João Batista tempo suficiente para que ele responda pergunta por pergunta, a seu tempo e à sua hora.

O Sr. Presidente - Esta preocupação é também da Presidência, e V. Exa. notou que esta Presidência em nenhum momento tocou a campanha quando o prazo exauriu-se, mas esperou por dois minutos.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, também quero reforçar o pedido da Deputada Elbe Brandão, já que pudemos confirmar isso nas exposições anteriores, nos debates anteriores, e é preciso que haja oportunidade para que todos pudessem, com a liberalidade da Presidência, esgotar os assuntos.

Os assuntos são importantes, o tema levantado pela Deputada Maria José Hauelsen é muito importante. O tema trazido agora, pelo Deputado Rogério Correia, também. Aguardamos, então, a liberalidade de V. Exa., já que queremos conhecer cada uma dessas situações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Esta Presidência já foi liberal e entende que o expositor respondeu a pergunta a contento, até mesmo extrapolando o assunto.

O Deputado Rogério Correia - Quero reforçar a conduta da Presidência. O nosso amigo João Batista falou, no início, bem mais do que meia hora, foram quase 50 minutos, e tem respondido em 10 minutos. Então, não há por que dizer que não estamos escutando o Secretário com toda a atenção devida.

O Deputado Amílcar Martins - É o que mais desejamos aqui, sobretudo a Bancada do PSDB, pelo brilhantismo das respostas, pela trajetória pessoal, pelo brilhantismo do Secretário João Batista dos Mares Guia. Prof. João Batista dos Mares Guia, é o que nós mais desejamos. Queremos exatamente combinar que ele tenha tempo e condições para que faça essa exposição que está encantando a todos nós, aqui, no Plenário. Muito obrigado.

O Sr. João Batista dos Mares Guia - Prezado Deputado Rogério Correia, em relação à questão de recursos, o senhor fez referência também ao Banco Mundial. Vamos esclarecer a partir daí. Deixamos, de US\$250.000.000,00 correspondentes ao financiamento da parte do Banco, US\$23.000.000,00 para o novo Governo. Eu tive o cuidado de checar esses dados até ontem. Pelos dados de ontem, os US\$23.000.000,00 estão disponíveis para o atual Governo. Feito o câmbio, significa que houve acréscimo correspondente ao percentual entre a

paridade que havia antes do dia 6 de janeiro e o momento atual.

Portanto, do ponto de vista dos reais, o Governo atual já ganhou esse acréscimo. Tínhamos programado executar esses US\$23.000.000,00 até o término do ano de 1998.

Na minha exposição inicial, já expliquei o meu procedimento de tomar a iniciativa de conversar com a gerente do projeto pelo Banco Mundial, Alcione Saliba, hoje Secretária de Educação do Estado do Paraná, para que esses recursos fossem administrados pelo novo grupo dirigente da Secretaria de Estado da Educação, solicitando a ela que explicasse à nova equipe o que era o Pró-Qualidade e que estávamos à disposição para explicar cada um dos programas que estavam sendo desenvolvidos, especialmente nas áreas de avaliação, monitoramento e capacitação de professores.

Isso é uma evidência patente da disposição de assumir responsabilidades com a educação, e não fazer qualquer tipo de retaliação porque se perdeu uma eleição. Ao contrário. Entretanto, recentemente, surge uma nota publicada na coluna de Ricardo Noblat, insinuando que os US\$6.000.000,00 que faltavam, por via do Banco Mundial, para serem investidos no Programa dos Cantinhos de Leitura - correspondentes à Feira de Cantinhos de Leitura, realizada no início do segundo semestre de 1998, parte dos compromissos do Programa Estadual de Cooperação Educacional Estado e Município, presente nos convênios que assinamos com as Prefeituras -, estariam perdidos. Esclareço que esses recursos estão disponibilizados e que o problema da liberação decorreu de um problema interno, que não vou comentar, da própria gerência do Banco Mundial. Uma mudança na estrutura organizacional e hierárquica do Banco Mundial resultou numa certa paralisação. Soma-se a isso a enfermidade da gerente do programa do Banco Mundial para Minas Gerais, prolongada por dois meses. Isso provocou uma certa paralisação, mas de modo algum corresponde a qualquer tipo de inação de nossa parte. Os US\$6.000.000,00 estão disponibilizados, e as únicas Prefeituras que eventualmente não receberão muito pouco dos recursos correspondentes ao pagamento dos livros e das estantes dos Cantinhos de Leitura são as que estavam inadimplentes com relação a alguma conta ou convênio com o Governo do Estado. Mas isso é decisão do atual Governo.

Em relação ao Banco Mundial, temos a comentar o contrário, que é a inação do atual Governo, por não ter buscado, de maneira ágil, novas negociações, visando até a um novo financiamento em condições altamente favoráveis, o que, aliás, seria impossível, por causa da declaração de moratória.

Em relação ao FUNDEF, há um equívoco com relação ao dado de R\$77.000.000,00, que corresponderia a volume de recursos que não teriam sido repassados na rubrica FUNDEF para os municípios. Os não-repasses de recursos do FUNDEF, formalmente, contabilmente falando, para os municípios ocorreram nos meses de outubro, novembro e dezembro. Em outubro, foi feita uma parte dos repasses. Isso soma, hoje, alguma coisa em torno de R\$42.000.000,00, no máximo R\$43.000.000,00. E não poderia ser diferente, porque, transformando o repasse anual em doze duodécimos, o valor médio mensal do repasse não passa de R\$15.500.000,00. Então, essa conta de R\$77.000.000,00, correspondendo ao último trimestre de 1998, evidentemente, está equivocada. São R\$42.000.000,00 ou R\$43.000.000,00. Então, o Deputado diria que, se não houve o cumprimento de uma lei federal, que é uma emenda à Constituição, o Governo teria cometido mais do que ilegalidade e inconstitucionalidade? E se essa pergunta é desdobrada para o Secretário da Educação do Governo passado e para o Secretário da Fazenda, se o Secretário da Educação tem respostas legalmente aptas, estaria comprometendo o Secretário da Fazenda? Só trabalhei no que diz respeito a uso de recursos com empenho e liquidação financeira na área contábil. Nunca autorizei nenhum tipo de investimento sem ter a correspondente rubrica e sem ter a garantia do empenho, e, mais do que o empenho, a liquidação financeira na esfera contábil, com o que a Secretaria da Fazenda e o Tesouro poderiam fazer a liquidação financeira, propriamente dita, não apenas contábil, com a disponibilização dos recursos apontada na indicação da rubrica e no saldo de recursos naquela rubrica. Então, tudo o que a Secretaria da Educação fez está absolutamente resguardado, segundo todos os procedimentos canônicos, impostos pela legislação. E os dirigentes da área da SPC e da SULFI, Planejamento e Coordenação e Finanças, da Secretaria de Estado da Educação, são os mesmos que estavam na minha época. Podem ser chamados à Comissão de Educação e apresentar todos os documentos. Então, a Secretaria da Fazenda foi omissa e fez o que seria desvio de recursos do FUNDEF para outras rubricas, ainda que de modo moralmente defensável, mas não cumprindo os cânones da legislação? Não. Formalmente, os recursos que seriam da rubrica FUNDEF, naquele trimestre, não foram aos municípios.

Mas aí eu reivindico a mesma linguagem que o Governo atual está usando com o Governo Federal, só que com precisão de informação, e não com opiniões: o tal acerto de contas, para ver, de fato, quem deve a quem e se deve.

É preciso, Deputado, que se leve em conta que, feitos os convênios de municipalização, nós alertamos os Prefeitos, pois queríamos que mantivessem os professores da rede estadual em adição nas escolas municipalizadas, que estávamos chegando, ao longo de 1998, a um volume entre 8 mil e 10 mil professores da rede estadual em adição em escolas que já eram, portanto, municipalizadas, municipalização pela qual as prefeituras já estavam recebendo os recursos do FUNDEF, como continuam a receber.

Vou trabalhar com um número menor, para não errar. É mais para 10 mil do que para 8 mil. Vou trabalhar com o número de 8 mil e com o salário médio menor do que o salário médio real que temos na rede, de R\$500,00 - salário médio; não é salário de início na carreira. Temos professores com 20 anos, com mais de 20 anos, temos professores P6, P5, P4, P3 e uma maioria de P1 na condição de professores em adição em redes municipais. Oito mil professores vezes R\$500,00 somam R\$4.000.000,00 por mês. Multiplicados por 13,3, que são os 12 meses civis, mais o 13º - que não foi pago - e o terço de férias, nós teremos alguma coisa que ultrapassa R\$50.000.000,00, que o Governo sacou a descoberto do caixa único e repassou, de fato, aos municípios, que deixaram de investir na contratação de professores próprios, porque tiveram 8 mil ou mais professores da rede estadual, pagos pela rede estadual, pagos pelo Governo do Estado, à disposição das prefeituras.

Esse acerto de contas foi feito em todos os Estados. Então, é o caso de fazermos esse acerto de contas e vermos que a crítica feita ao Governo Eduardo Azeredo, segundo a qual ele teria descumprido o repasse do FUNDEF aos municípios, não só não tem procedência como também existe um saldo favorável ao atual Governo. Faço essa observação em proveito do atual Governo e da Secretaria da Educação, pois, se se começaram a fazer os repasses daquilo que é chamado de débito herdado do Governo passado, na rubrica FUNDEF, pode-se renegociar esses repasses e, quem sabe, investir esses recursos para voltar o PROCAP, investir esses recursos para voltar o PRÓ-MÉDIO, investir esses recursos para voltar o sistema estadual de avaliação das escolas, pois isso não tem ideologia nem partido, nem marca de Governo. Isso é uma questão de racionalidade e de consistência na formulação e na implementação de política educacional.

O único prejudicado é o aluno. Se o Governo diz que não tem recurso, está aí o Governo com o recurso na mão. Nós não devemos nada na rubrica FUNDEF, fazendo esse acerto de contas, razão pela qual não há fato gerador para o senhor falar em comissão parlamentar de inquérito, a não ser que se queira fazer, em nome de uma comissão parlamentar de inquérito, uma comissão política, como é o caso da CPI da CEMIG.

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Com a palavra, o Deputado Paulo Piau, para a sua intervenção.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Sr. ex-Secretário da Educação João Batista dos Mares Guia, é para nós motivo de alegria tê-lo nesta Casa. Eu não poderia deixar de parabenizar o nosso colega Deputado Sebastião Costa, do PFL, por promover este debate, porque democracia se faz com opiniões divergentes e, sobretudo, com as informações que podem ser divergentes, mas servem para esclarecer as dúvidas que reinam nesta Casa.

As minhas colocações não são opiniões próprias, mas uma delas, que corre nos bastidores desta Casa, é que quem está comandando o atual Governo é o Sr. Newton Cardoso e o PT. Acho que a responsabilidade, na verdade, é muito grande. Quanto ao primeiro, nós não temos nenhuma preocupação, mas, quanto ao segundo, temos, porque é um partido que prezamos e é um partido, evidentemente, sério. Queremos relatar que representei, durante quatro anos, no Conselho de Industrialização do Estado de Minas Gerais, ligado à Secretaria de Indústria e Comércio, esta Casa. Lá, pude depreender dos investidores em Minas Gerais... Aliás, diga-se de passagem, Minas Gerais foi o Estado que mais recebeu investimentos produtivos na legislatura de Eduardo Azeredo. Uma das causas de entusiasmo do empreendedor em Minas Gerais, na verdade, era o sistema de educação, porque é considerado um dos melhores do País.

Na verdade, isso começa a soar como negativo, sobretudo com o dismantelamento da Secretaria da Educação.

Minas Gerais recebia investimentos, fruto da credibilidade que tinha por sempre cumprir em dia seus compromissos, mas, agora, a moratória veio romper esse comprometimento, e, se existe no Brasil confusão política em termos de Estado, ela se chama Minas Gerais. E, como sabemos, o investidor corre de qualquer confusão política. Estamos afugentando nossos investidores. E será que vamos ter que esperar quatro anos para chegar à conclusão de que esse Governo está sendo um desastre? Minas Gerais não merece isso.

Ex-Secretário, não houve pressão na municipalização do ensino? E, na sua avaliação, isso não terá influenciado negativamente a última eleição para Governador? A Lei Robin Hood, apesar de fantástica, não terá também impedido a reeleição do ex-Governador Eduardo Azeredo? Sabemos de sua influência, sobretudo nas regiões mais pobres, mas será que não foi uma lei que prejudicou eleitoralmente o nosso candidato?

O investimento de 45% dos recursos na educação - será que não valia a pena fazer mata-burro e asfalto para os analfabetos passarem? Quem sabe não teria sido melhor avançar menos no processo, mesmo que correto - o Governo passado tinha uma ideologia correta, a meu ver -, mas não correr o risco de perder a eleição e entregar o Governo ao Sr. Newton Cardoso?

Em 1997, esse mesmo senhor deixou de cumprir os compromissos trabalhistas. Sou pesquisador, funcionário da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais e posso afirmar que ele quase a aniquilou. O processo se arrasta até hoje na justiça.

Está marcado para hoje o leilão do Instituto Cândido Tostes, instituição de pesquisa e de ensino que tem 63 anos e cujo destino ninguém conhece. Seu patrimônio está sendo leiloado exatamente neste dia. A Escola Agrotécnica de Pitangui estará também sendo leiloadada hoje.

Achei por bem dar essas informações, antes de ouvir sua resposta, Dr. João Batista.

O Sr. João Batista dos Mares Guia - Prezado Deputado Paulo Piau, em relação à municipalização e a impactos que ela possa ter produzido no episódio eleitoral do ano passado, quero dar o testemunho da permanente lealdade de V. Exa. V. Exa., em alguns momentos, levantou aspectos críticos em relação à municipalização e, a despeito de suas convicções, jamais se colocou como obstáculo para que empreendêssemos o que era a nossa convicção.

Ao responder à Deputada Maria José Hauelsen, dei o panorama geral de como se decidiu a estratégia compartilhada, democrática e interativa de se processar a municipalização em todo o Estado, aliás descentralizada, com a autonomia das superintendências regionais de ensino e com o constante acompanhamento do próprio Secretário.

Lembro-me bem de como o assunto era polêmico. Visitei 162 municípios ao longo do ano de 1998. Em muitos casos, freqüentei Câmaras Municipais até sábado à noite, como em Frutal, para debater com Vereadores que, por razões políticas, opunham-se à iniciativa do Prefeito. Em todos os casos, felizmente, tivemos muito sucesso.

Digo com a consciência tranqüila: mais transparência do que demos ao processo, impossível. Fizemos duas coleções de publicação, e esta Assembléia Legislativa - numa atitude pioneira no País, que, aliás, deveria ser imitada por todas -, sob a Presidência do Deputado Romeu Queiroz, com a aprovação de todos os Deputados da Casa, realizou aqui duas conferências, transmitidas ao vivo, por via da EMBRATEL, com investimento da Assembléia. Todos os atores envolvidos, com as posições mais díspares, estavam presentes, seja de Minas Gerais, seja de outros Estados. Nessa Mesa Diretora, usaram do tempo estabelecido para expor sua visão e debater com o Plenário. Mil e trezentas pessoas se inscreveram. As galerias estavam lotadas, entre Prefeitos, Secretários Municipais, Vereadores, dirigentes de escolas, líderes sindicais. O Sind-UTE participou como expositor e debatedor de praticamente todas as mesas, e todas as correntes políticas indicaram seus representantes para que o debate estivesse assegurado.

Foi uma beleza democrática o que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais protagonizou, por sugestão nossa à Comissão de Educação, de que fizêssemos os debates públicos.

A Comissão de Educação desta Casa convocou-me seis vezes no ano passado.

Fizemos com o Sind-UTE pelo menos três debates, com extensão de 4 a 6 horas, sobre essa matéria, e todos eles transmitidos ao vivo pela TV da Assembléia Legislativa, com repetição três vezes. Fizemos oito televisões interativas, transmitindo ao vivo para todas as escolas e todos os municípios de Minas, expondo a questão da municipalização, além das visitas presenciais e o trabalho das nossas equipes das superintendências regionais de ensino que foram quatro, seis ou mais vezes a cada município, a cada Prefeitura e Câmara debater o assunto Freqüentando as Escolas.

Com aquelas parcerias, através das lideranças dos diferentes setores, representando todas as preferências ou interesses e criando consensos verdadeiros, muitas vezes, em meio a uma dura polêmica, como foi o caso da reunião realizada em Poços de Caldas, com a direção estadual da UNDIME e que resultou crescentemente em consensos, e o resultado é um programa.

Não posso, em hipótese alguma, aceitar a suposição de que tenha sido um processo autoritário. Entretanto, só coloco uma questão, do ponto de vista de avaliação da oportunidade. A sua posição não é contrária e nunca foi.

Confesso que não sou a pessoa mais qualificada para falar sobre estratégias políticas, ainda mais em um ano político eleitoral. Fazer "a posteriori" dos fatos a avaliação de que, se não fora a municipalização, provavelmente teríamos tido alguns ganhos eleitorais, francamente não creio nessa hipótese, nem creio que ela seja uma variável que ajude a explicar por que o Governo não foi vitorioso.

Acho que o Governo passado, cada um de nós, deve analisar mais globalmente, antes de dizer que os cidadãos possam estar mal informados ou pouco qualificados, jamais diria isso, preferiria perguntar onde, especificamente, tenhamos errado, para que, em meio a um Governo progressista, desenvolvimentista, que fez em algumas áreas aspectos inovadores e reconhecidos, não tenha tido o reconhecimento da maioria dos cidadãos. Imputa-se aos cidadãos uma má preferência, não diria isso, em hipótese alguma, porque estaríamos imputando à própria democracia uma espécie de erro genético. Não é por aí. É preferível que perguntemos a nós mesmos, onde e em que contexto erramos.

Eu, certamente, como representante político de um Governo, devo ter cometido alguns erros. Mas, certamente, o erro de ter introduzido um processo de municipalização e nucleação no biênio 1997-1998, não vejo como erro, pela seguinte razão: democracia é democracia, desde que algumas condições sejam garantidas. Garantia institucionalizada de que todo cidadão politicamente igual possa formular, expressar suas preferências ou interesses e ter assegurado que os governos levarão em conta, adequadamente, essas preferências e interesses e ter o direito de pressionar os governos para que respondam adequadamente, o que é chamado de "responsividade" na linguagem da ciência política. Esse é um primeiro ingrediente.

O segundo ingrediente fundamental é a liberdade plena de oposição política, revezamento no poder e de participação mais além da democracia representativa. Hoje, a democracia representativa tem todas as virtudes conhecidas, desde a visão clássica liberal da democracia, mas só agrega, no cenário propriamente político, as maiorias não necessariamente organizadas. É preciso que a democracia, na perspectiva moderna, reconheça, ainda que seja minoria, outros interesses e necessidades coletivas dos cidadãos que são relevantes, embora não expressem maiorias eventuais eleitorais.

É por isso que se cria a teoria mais além da representação, da participação. É o que fazemos nas nossas escolas, com a participação das comunidades, tanto quanto possível. Mais do que isso, para sermos verdadeiramente democráticos, que haja socialização, disponibilização das informações para que as demandas, os interesses, a formulação de preferências dos cidadãos sejam demandas, interesses e preferências bem orientadas do ponto de vista das informações adequadas. Não é pedir muito a um Governo democrático.

É claro que não tivemos todas essas virtudes, mas diria que no processo da municipalização nós as tivemos. Ora, o preço a pagar, se presumivelmente houvesse o ganho político eleitoral, seria qual? O preço da injustiça, da iniquidade de deixar fora centenas de milhares de jovens que ingressaram no ensino médio, exatamente porque fizemos a municipalização e a nucleação.

Lembro-me, Deputado, para citar alguns dados, de que eram 311 mil alunos matriculados no ensino médio, no dia 1º/1/95. Em fevereiro de 1995, esse número subia para 346 mil; em janeiro de 1996, passava para 396 mil; em janeiro de 1997, esse número passava para 482 mil; em janeiro de 1998, fomos para 642 mil. Em dezembro de 1998 - porque sempre fizemos as matrículas antecipadas em dezembro -, chegamos a mais de 800 mil, sem termos dinheiro novo, porque investimos 45% das receitas tributárias correntes em educação. Onde conseguir dinheiro novo para fazer uma expansão, em quatro anos, de 311 mil para mais de 800 mil, especialmente a expansão observada de 1997 para 1998 e de 1998 para 1999, em que, praticamente, mais do que dobramos o número? Esse dinheiro novo não existia. De onde ele veio? Do processo das municipalizações. E o que mais queriam os Prefeitos, os cidadãos e a juventude nos municípios? O direito à matrícula no primeiro ano do ensino médio. E convencemos, um a um, os Prefeitos e as Câmaras Municipais. Se isso produziu algum mal-estar com conseqüências eleitorais, mil vezes temos pago esse preço do que termos deixado mais de 200 mil jovens fora da escola por uma questão de cálculo de circunstância político-eleitoral. Isso não teria nenhuma ética, e nós estaríamos fraudando medularmente o compromisso da democracia. Tenho esse orgulho.

Uma coisa são as colocações como estão sendo feitas aqui, num tom de esclarecimento. Outra coisa que me amargura, pois nunca tive, felizmente, esse estilo, é levar a público, em tom de denúncia, o que não passa de mera opinião, que não tem respaldo em dados e não respeita os interlocutores. Será que um simples Secretário da Educação, que não tinha nem mandato parlamentar, iria manipular 853 Prefeitos de Minas Gerais? Iriamos manipular 29 Prefeitos do PT? Iriamos manipular o Sr. Newton Cardoso, então Prefeito de Contagem, que, depois de oito meses de insistência pessoal do então Secretário, fez o acordo de cooperação?

Fizemos isso no Estado inteiro, e qual foi o resultado? A universalização da matrícula no ensino médio. Por isso, estranhou-me quando o atual Secretário, ainda no mês de dezembro, enviou-me uma correspondência oficial e protocolar solicitando a suspensão das matrículas no ensino médio, porque o Governo eleito tinha como preferência a matrícula no pré-escolar. Isso é patentemente outro equívoco, porque na LDB está escrito que a responsabilidade pela pré-escola é do município.

Não posso também, Deputada Maria José Hauelsen, aceitar uma posição algo paternalista em relação a municípios arguindo que eles estão apertados e que não dispõem de recursos. A questão não é essa. O que pude aprender de finanças municipais, observando empiricamente, comparando e analisando o tempo inteiro, é que, em primeiro lugar, onde há ausência de políticas públicas, ausência de prioridades, ausência de equipe gerencial e, portanto, de racionalidade, tudo é prioritário; logo, nada é prioritário. E, eventualmente, o recurso para a educação aparece ou não. Afora os equívocos no modo de usar os recursos da educação. Em meio aos processos de cooperação e municipalização, fomos ajudando as prefeituras a superá-los, como no caso de usar recursos da educação para fazer estrada, ponte, a pretexto de que assim se estaria fazendo a melhoria do acesso ao meio rural. Isso é que nós coibimos, com a ajuda do Tribunal de Contas e a compreensão da imensa maioria dos Prefeitos do Estado de Minas Gerais.

O que houve na minha administração, talvez pela primeira vez na história da educação pública de âmbito municipal, foi rigor no investimento dos 25% integralmente em educação, e não fazer patrolamento de estrada, ponte, etc., com recursos da educação, com o pretexto de se estar investindo em educação. Fizemos isso, e sou grato aos Prefeitos que entenderam e apoiaram a idéia. Estamos dando um salto muito expressivo na educação, em todos os sentidos, haja vista que alcançamos 98% de matrículas das crianças de 7 a 14 anos, em Minas Gerais, no segmento do ensino fundamental. E programamos fazer a cada início de ano a campanha "Toda criança na escola".

Estranha-me, Deputado, que agora, no começo do novo Governo, não se tenha feito essa campanha e tenha vindo, em seguida, o anúncio do Programa Bolsa-Escola, sem se dizer onde está o dinheiro para financiá-lo. Se falta dinheiro para o Bolsa-Escola, já dei ao Deputado Rogério Correia o caminho para acessar esse recurso, que são os recursos que já foram investidos nas prefeituras, na rubrica de professores em adjução, que o Governo atual pode utilizar e demonstrar: (...) prometeu, faça. Mas lançar um programa virtual sem ter recurso para cumpri-lo?

Fizeram um diagnóstico errado, trabalham mal com os dados. Disseram que havia 200 mil crianças de 7 a 14 anos fora da escola.

Aliás, o então candidato Patrus Ananias cometeu esse equívoco e se corrigiu a tempo, não voltando a cometê-lo. Mas o atual Governo afirmou que 200 mil crianças estavam fora da escola. Não. São menos de 56 mil, de um horizonte de 2.816 mil. Eram 92% das crianças de 7 a 14 anos, e elevamos esse percentual, em quatro anos, para 98%, continuando a trajetória vitoriosa da administração anterior, inclusive com a ajuda do Programa Curumim, criado pelo então Secretário João Pinto Ribeiro, que também nos ajudou muito nesse objetivo de colocar toda criança na escola.

Então, não se pode brincar com os fatos. Há um princípio básico de inteligência e inteligibilidade lógica. Na realidade, você não tem raiva. Na realidade, você observa e compreende, para ter base para dialogar com as pessoas. A raiva da realidade leva a esse estado de êxtase que, aqui, em Minas Gerais, hoje, está expresso. Por raiva da realidade, toma-se uma decisão que pode ter qualquer tipo de qualificativo, menos o da racionalidade. E quem paga o preço são os cidadãos de Minas Gerais.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Com a palavra, o Deputado José Alves Viana.

O Deputado José Alves Viana - Sr. Presidente, Sr. João Batista, tive que sair, porque estava na Comissão de Administração Pública. Não sei se alguma das minhas perguntas já foi respondida. Eu era o primeiro inscrito, mas a gente vê que o Dr. Mares Guia, que tem uma inteligência brilhante, às vezes se prolonga um pouco, e, aí, temos que nos adequar. Quero fazer três perguntas ao ex-Secretário. A primeira, com relação à não-repetência e ao esforço que tem que ser feito para passar o aluno de todo jeito. Volto a perguntar o seguinte: não é um erro esta metodologia? O aluno vai passando porque tem que passar. Ele não pode repetir, mas sabemos que ele está com um déficit em sua aprendizagem. Mais tarde, quando ele for enfrentar um concurso, outra atividade ou mesmo o vestibular, esse aluno irá ficar numa posição de quase 100% abaixo de outros jovens. Será que ele não vai perder em comparação com o outro, que foi preparado pela escola particular com melhor qualidade, exigências maiores e que não precisa passá-lo a toque de caixa? Será que é isso mesmo? Estamos querendo quantidade ou qualidade dos aprovados?

Em segundo lugar, em Curvelo, por onde sou Deputado, juntaram os alunos da 1ª à 4ª série, todos em uma escola só. Os alunos de três escolas foram juntados em uma só. Os alunos da 5ª à 8ª série, que estudavam em quatro escolas, foram juntados em duas, o mesmo acontecendo com os alunos do 2º grau: eles estudavam em três escolas e ficaram em duas. Com isso, tivemos um problema: crianças têm que andar até mais de 1km. Antes, eles estavam próximos. Outros, jovens e adolescentes, principalmente os que estudam à noite, andam uma distância de 1,5km para ir e voltar, uma vez que foi criada uma despesa com condução para a qual eles não têm condições financeiras. Por que foi criada essa situação, sem antes se fazer uma avaliação do custo social e do problema? Meninas novas estão voltando para suas casas às 11 horas da noite, tendo que andar 1,5km até suas casas, correndo risco de assalto e de abuso sexual.

Outra pergunta: por que a Secretaria da Educação usou o método de acabar com os cursos profissionalizantes técnicos de 2º grau? Em Curvelo, em duas escolas, acabaram com o curso técnico de contabilidade e, em outra, de agropecuária. Como o senhor explica isso? O senhor, apesar de todo o conhecimento e do gabarito de Secretário da Educação, é também dono de uma rede particular de escolas. Isso não é uma incoerência? Você sabe que, se melhorar uma ponta, irá prejudicar a outra. Se não houver nenhuma deficiência na primeira, você piora a outra. Sou obrigado a fazer esta pergunta, porque ela foi feita aí fora e eu preciso saber a sua resposta, para respondê-la também. Obrigado.

O Sr. João Batista dos Mares Guia - Gostaria de solicitar ao Presidente a tolerância que está tendo; quiçá, um pouco mais, pois são quatro perguntas, e cada uma delas demanda um certo tempo para esclarecimento. Não são perguntas para respostas telegráficas, têm pressupostos que envolvem até juízo de valor sobre a pessoa. Não se trata de uma afirmação do Deputado, é uma pergunta, ou seja, talvez haja, eventualmente, algum interesse particular envolvido nessa história. Agradeço-lhe pela transparência. O senhor colocou como uma hipótese, não como afirmação, pois, se fosse como afirmação, o senhor teria de demonstrar isso em juízo, a partir deste momento, e seria convidado a suspender sua imunidade parlamentar, se tivesse convicção da acusação que estava fazendo. Mas foi uma pergunta.

Em primeiro lugar, não sou proprietário de empresa alguma, não fui sequer sócio em tempo algum. Se o senhor se refere ao Sistema Pitágoras de Ensino, esclareço que existem três proprietários, sendo que um deles é o ex-Governador, ex-Secretário da Educação. No período em que foi Secretário da Educação, ou seja, entre 1991 e 1994, e principalmente no meu período, o que aconteceu com a escola particular em Minas Gerais, no ensino fundamental e no ensino médio? Isso irá surpreender. Esse é o problema de não se trabalhar com os dados. As matrículas absolutas na rede particular caíram de um patamar próximo de 13% em 1991 para 7,6% do total das matrículas em 1998. A rede particular chegou a ter perto de 200 mil alunos matriculados no ensino médio, no início da década. A rede particular, no final de 1998, tinha em torno de 100 mil alunos matriculados no ensino médio em todo o Estado de Minas Gerais.

A mesma coisa fiz quando fui Secretário Municipal de Educação, em Contagem. Enfrentei o "lobby" do sindicato das escolas particulares, porque plantamos escolas públicas em todos os lugares, sendo que a qualidade delas era melhor do que a qualidade de quase todas as particulares. Naquela ocasião, em Contagem, quase todas as escolas particulares foram fechadas. Isso não procede, é uma calúnia infame, é uma afronta à inteligência das pessoas, porque os dados são patentes. Estamos exigindo das escolas particulares maior capacidade de competição, investindo mais para melhorar a qualidade, porque as escolas públicas de Minas Gerais, reconhecidamente, estão melhorando a sua qualidade. Já vinham melhorando de forma muito patente, conforme avaliações de sua qualidade. Isso não procede.

Quanto às três perguntas feitas pelo senhor, gostaria de começar pela última. Por que terminarmos com os cursos técnicos profissionalizantes? Argumento legal: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As diretrizes apontam para um ensino médio, comum, geral, organizado de acordo com as seguintes características: aquelas disciplinas convencionais do currículo, em número de oito, como a Física, Química, Biologia, Matemática e assim por diante, devem ser oferecidas simultaneamente à oferta dos chamados temas referenciais, que tenham significado cultural, político, social e ético para os alunos. No entanto, aqueles conteúdos curriculares referentes às oito disciplinas devem estar garantidos para os alunos. É o chamado currículo de formação básica comum obrigatória. Além disso, os sistemas educacionais estaduais ou municipais e as próprias escolas passavam a dispor de autonomia para organizar um outro currículo, chamado currículo diversificado, segundo as características locais, culturais, as preferências dos alunos, professores e cidadãos daquelas comunidades. Assim, se os alunos optarem por um curso sobre afetividade e sexualidade, se isso faz sentido para eles, deve ser respeitado. Se optarem por um curso sobre estatística e demografia, sobre mercado, emprego e economia, ou sobre ética dos direitos humanos, se tudo isso faz parte das possibilidades, o sistema central, no caso, a Secretaria da

Educação, deve organizar-se para respeitar a autonomia das escolas, provendo recursos para que os diferentes projetos no campo da autonomia das escolas, no chamado currículo diversificado, possam ser desenvolvidos.

Essa é a orientação geral contida no Parecer nº 3/98 do Conselho Nacional de Educação, de autoria da Profa. Guiomar de Melo, aprovado por unanimidade, que é um cânone, hoje, no ensino médio do nosso País. Só que nos antecipamos a isso, porque, essa concepção que o Ministério e o Conselho desenvolveram em 1998, desenvolvemos em Minas em 1995. Fizemos um diagnóstico chamado Livro da Capa Azul, que descreveu o ensino médio no Estado de Minas Gerais. Vinhamos de uma experiência extraordinariamente vitoriosa e inovadora na área do ensino fundamental no período de 1991 a 1994. Seria pretender demais de uma administração que ela fizesse tudo ao mesmo tempo. Abrimos a caixa preta do ensino médio e o que encontramos? As escolas mineiras de ensino médio da rede estadual ofereciam 44 modalidades diferentes de cursos técnico-profissionalizantes. Um deles era o reparo de casco naval num Estado mediterrâneo. Os dois principais eram contabilidade e magistério. As nossas escolas formavam 18 mil contabilistas de nível médio e 500 a 600 eram absorvidos. Os empregadores buscavam no SENAC jovencinhos de 14 a 15 anos, com o ensino fundamental concluído ou por concluir, que lá fizeram um curso de contabilidade informatizado, com simulação de situações reais de uma empresa, ao longo de seis meses. Eram esses que o mercado preferia, em detrimento do nosso aluno com diploma de ensino médio. Nem computadores havia nas escolas. E, se houvesse, o SENAC faria isso com muito mais competência do que a rede estadual. O resultado foi que estávamos massificando a certificação e o desemprego, frustrando as esperanças de 18 mil jovens por ano, que nunca tinham recebido a informação oficial de que não havia emprego nesta rubrica para eles, até porque as empresas fazem capacitação em serviço. E hoje existem módulos de contabilidade no próprio Programa "Word" e, dentro do "Windows", há o "Excel". Estávamos completamente defasados em tudo.

Na área do magistério, formávamos 16 mil professores de nível médio no Estado de Minas Gerais. O mercado absorvia menos de mil por ano, e os absorvia como designados temporários, porque existem em Minas mais de 60 faculdades de Pedagogia, afora outros cursos correlatos e afora qualquer profissional qualificado em qualquer curso superior poder fazer uma regreduação ou uma pós-graduação "lato sensu" em Pedagogia e qualificar-se. Essas pessoas chegavam em concursos públicos, estadual ou municipais, com quatro ou cinco anos de estudos acadêmicos de terceiro nível universitário à frente da nossa aluna filha de operário pobre, com expectativas de tornar-se professora, e nunca se disse a ela que não teria chance, porque a competição era impiedosa, que havia milhares de concorrentes com cinco anos de estudos acadêmicos na sua frente. O que se estava fazendo? Duplicação de meio para o mesmo fim, para derrotar 18 mil bons alunos com boas expectativas e candidatos à frustração. Nunca se disse isso a eles.

Quando chegávamos a profissões técnico-profissionais propriamente ditas, o que fazíamos era uma repetição malfeita da competência do SENAI. Vi cursos de mecânica de automóveis que eram lamentáveis. Sabem o que virou o curso técnico-profissional nas escolas de Minas Gerais? Virou foco de empreguismo. E não culpo os professores. A lógica era: porque existe deve continuar a existir. É a quadratura do círculo. A coisa se justificava pela sua existência. E nunca tinha sido feita pesquisa de mercado, tendências tecnológicas, tendência do emprego com agregação de valor tecnológico, vocações e possibilidades. E nunca essa informação tinha sido dada aos alunos. Foi o que fizemos. Quando fomos para as escolas, fizemos TV-interativa, debate com aluno, debate público, assembleia de todos os tipos, durante dois anos. Todo professor de ensino médio participou desses debates. Esses documentos foram impressos e distribuídos a todas as escolas, a todos os professores do Estado de Minas Gerais. Fizemos um instrumento de coleta de informações e obtivemos de 1.150 escolas de ensino médio as respostas. Fizemos um segundo documento diagnóstico, baseado nas avaliações que os professores das escolas faziam.

Introduzimos uma estratégia gradual, chamada terminalidade do ensino médio técnico-profissional, pela qual quem estava matriculado no curso tinha direito a terminá-lo até 1998. Daí em diante, não abríamos mais novas matrículas em cursos técnico-profissionais, porque, primeiro, o Estado não sabia fazer curso técnico-profissional; segundo, o Estado estava descobrindo quem o fazia com muito mais competência, como o SENAI e o SENAC; terceiro, essa lei estava exigindo a direção contrária: ensino médio comum, geral e a parte diversificada.

O que é o final da década e o início do próximo século e milênio? Até, Deputado, falamos em cidadania, com três características. Agora, muda tudo. Cidadania política, séculos XVIII e XIX; cidadania de direitos sociais, século XIX; e século XX, cidadania de direitos civis. Sabe qual a nova exigência de cidadania, sem a qual a cidadania civil e social valerão pouco? Cidadania de competências cognitivas, procedimentais e atitudinais. Ora, o curso técnico de mecânica de automóveis dá cidadania para alguém? Amanhã, aparece uma nova tecnologia de automóvel, o aluno enterra-se três anos em estudo, recebe uma certificação e entra no mercado de trabalho defasado. Resultado: candidato a desemprego com certificação. Era isso que se fazia no ensino médio técnico-profissional em todo o Brasil. E os sistemas estaduais não tinham competência alguma para gerenciar o que nunca souberam fazer. Era uma mina de recursos públicos desperdiçados.

Tínhamos 22 escolas técnico-agrícolas, Deputado. Entreguei todas as fazendas para a reforma agrária. Das 22, 19 funcionavam à noite. Você tinha que iluminar as áreas de plantio para fazer curso técnico-agrícola à noite, formando duas ou três pessoas por ano. Por quê? Era o corporativismo de certo grupo de funcionários e professores que mantinham aquilo porque queriam, e criou-se, na região ou no município, uma certa tradição da escola técnica. Mas nunca abriu-se a caixa preta para mostrar que aquilo era uma fraude, e o cidadão estava pagando por ela. Foi isso que enfrentamos. Explicamos e as pessoas nos apoiaram. Gradualmente fomos superando. Na medida em que as eliminávamos, fechamos vagas? Não. Multiplicamos as vagas no ensino médio, como acabei de demonstrar. E, ao mesmo tempo, começamos a procurar o caminho para o ensino médio técnico-profissional para o aluno que, fazendo o médio comum, não queria prosseguir nos estudos superiores, mas fazer estudos complementares na área técnico-profissional.

Por isso, criamos na Secretaria, dentro da área de Coordenação do Ensino Médio, a Coordenação do Ensino Médio Técnico-Profissional e Pós-Médio, cuja equipe foi toda exonerada pela atual administração. Deixamos um belo projeto, encaminhado ao Ministério da Educação, candidatando-nos a financiamento internacional com subsídios do Governo Federal. E, infelizmente, tudo isso foi por água abaixo.

É muito fácil, ainda mais numa campanha eleitoral, Sr. Presidente, a quem peço mais uma vez a gentileza da condescendência, dizer que acabaram com o curso técnico-profissional. Mas nunca disseram para a lavadeira, a empregada doméstica, o porteiro, o operário e o lavrador, pais desses alunos, a fraude que estavam cometendo, em nome de um certificado, contra os seus filhos. Como pode o argumento democrático, a busca da transparência, da interação e do esclarecimento competir com a manipulação? A manipulação tem pernas curtas a longo prazo. Aqui está a oportunidade de desfazer a manipulação hoje. Mas, a curto prazo, ela tende a ser vitoriosa, porque ela lida com emoções, manipula paixões, manipula emoções, manipula a realidade e as informações. Ainda mais num ambiente eleitoral polarizado por paixões, nem sempre as mais elevadas. Você fica numa desvantagem óbvia em relação a isso.

Terminando, a questão que o senhor abordou: o aluno perde com a nucleação? O senhor citou dois casos no seu município, Curvelo, de deslocamento de crianças de 7 a 10 anos de idade, da 1ª à 4ª séries, em distância de até 1km. Ainda bem que o senhor precisou 1km. Não vou usar o argumento da lei que fala em 3km. Nenhum de nós cometeria a insensatez ou impiedade de impor a uma criança um deslocamento de 2 ou 3km. Mas, convenhamos, se se mantivesse a escola anterior, para atender aquela parcela da população que talvez se deslocasse 100, 200 ou 300m dentro do próprio bairro, o problema não se colocaria para a população que morasse em bairros mais distantes? Em cada lugar onde havia criança atendida na porta de casa, você tinha as crianças excluídas, que andavam 2, 3, 4 ou 5 km, porque não havia lógica na distribuição geográfica da oferta escolar. Então, andar até 1km não é o ideal, mas não há nenhuma impiedade nem falta de compaixão nisso. O que acontecia com o jovem? Este tinha matrícula perto, nos turnos da manhã e da tarde, mas, porque trabalhava e era pobre, optava pelo noturno. Não conheço, em lugar nenhum do mundo, ensino médio noturno oferecido por bairro. Em primeiro lugar, fizemos pesquisas. E o que elas mostravam? Que a preferência de quem trabalhava era pela escola perto do local de trabalho, e não do local de moradia. Tive a experiência, como Secretário Municipal, de abrir uma escola de ensino médio em Nova Contagem. Começou superlotada. Um mês após, havia a metade dos alunos. Mais um mês depois, havia a metade da metade, e, três meses após, não havia alunos, porque todos ficavam nas escolas próximas ao local de trabalho ou ao corredor de transporte.

Então, é muito fácil fazer uma denúncia vazia como esta: isso prejudicou o aluno. Mas pensem mais no aluno da periferia distante, onde não havia um prédio de escola, porque não havia demanda, a não ser que se criasse uma escola para 100 alunos. Ele foi muito mais bem atendido na lógica da nucleação. Esses estudos foram feitos, caso a caso, em todos os municípios do Estado, pelas nossas equipes, envolvendo os Secretários Municipais de Educação, envolvendo consulta aos Prefeitos. Ninguém impôs isso a quem quer que seja. O resultado patente disso foi saltar de 311 mil alunos matriculados no ensino médio para mais de 800 mil. Como excluímos? Como disse o atual Secretário, o nosso modelo educacional era excludente, a nucleação o excluiu. Que lógica é essa, saltar de 311 mil para 800 mil? Nunca soube de uma exclusão que inclui. Esse argumento não tem fundamentação.

E a pergunta que deixei por último - e vou seguir a orientação do Presidente, porque ela é mais sofisticada - envolve uma questão mais delicada, é a questão do ciclo e da progressão continuada, que nada têm que ver com a questão da aprovação automática. Se o Presidente permitir, terminaria respondendo ao Deputado essa última pergunta.

O primeiro argumento legal é que o ciclo não é uma invenção da nossa administração. Foi implantado, pela primeira vez, em Minas Gerais, simultaneamente, pela primeira vez, no Brasil, nos idos de 1980, correspondendo a uma reivindicação do Congresso Mineiro de Educação, realizado em Minas Gerais, quando era Governador o Dr. Tancredo Neves, e Secretário da Educação o Dr. Octávio Elisio. Criou-se, de 1985 para 1986, já no final do Governo Tancredo Neves, o ciclo básico de educação, que recebeu a sigla CDA. Este sobreviveu a todos os governos. Quando assumimos a secretaria, fizemos um diagnóstico do ciclo básico de educação. Se era ciclo contínuo, o aluno que tivesse déficit de aprendizagem no primeiro ano dos dois anos do ciclo não seria submetido à repetência, porque, segundo a concepção de ciclo, a pedagogia adotada presumia avaliação continuada cotidiana, acompanhamento dos diferentes alunos, respeito aos ritmos diferenciados de aprendizagem e criação de diferentes estratégias pedagógicas, a fim de não excluir ninguém

que apresentasse algum tipo de diferença de aprendizagem.

Entretanto, não foi isso o que aconteceu. Quando fizemos o diagnóstico do CDA, no ano de 1995, demoramos oito meses estudando essa questão. Produzimos uma vasta literatura a respeito. Identificamos que o CDA em Minas Gerais estava descaracterizado, porque falava-se em CDA-I, CDA-C e no vocábulo "retenção". O que era o I? Início. O que era o C? Conclusão. Ora, um ciclo de dois anos que tenha I e C corresponde à 1ª e à 2ª séries camufladas na teoria do ciclo. Retenção é outra palavra, para não se falar em repetência. No nosso CDA, havia 18% de retenção ou repetência. Se há, não é ciclo. Por que há repetência? Porque o ciclo fracassou. Fracassou por quê? Porque a repetência é a evidência do fracasso, não é uma mera circunstância, não é algo admissível. O ciclo foi feito para não permitir o fracasso, porque o pressuposto era a criação de novas orientações pedagógicas, avaliação continuada das aprendizagens do aluno, adequação e preparação da escola para acompanhar os ritmos diferenciados da aprendizagem e contribuir para que cada aluno vencesse os desafios propostos. Portanto, teríamos que trabalhar com repetência zero e parar de falar em repetência, porque isso é coisa atrasada e do passado. Não foi isso que encontramos em 1995.

Abrimos o debate na secretaria. Levamos um ano para convencer, antes de a LDB ficar pronta. Deveríamos fazer a revitalização ou o fortalecimento do ciclo básico de alfabetização. Começamos gradualmente, fortalecendo o CDA de dois anos e estendendo-o, em 1997, para três anos, e, em 1998, para quatro anos. Por quê? O erro de algumas experiências de ciclo, que vou me permitir não citar para não ser mal entendido - estaria sugerindo vínculo partidário, e não é o caso - foi a espontaneidade e o voluntarismo de aderir-se a uma boa norma sem compreender quais são as exigências técnicas para a boa nova ser mesmo uma boa nova. Só fizemos a revitalização e a ampliação do ciclo em Minas Gerais porque era consenso da Secretaria da Educação, era um consenso dos Diretores das escolas, foi discutido em mais de 500 escolas do Estado de Minas Gerais, copiosa literatura divulgada, tevês interativas e manifestações das escolas a favor disso. Além dos consensos verdadeiros e básicos - e tínhamos dois -, havia um sistema estadual de avaliação que avaliava se as crianças estavam aprendendo ou não. Não estávamos achando nem opinando. Estávamos criando naquele momento o Programa de Capacitação de Professores - PROCAP - para 100 mil professores das 1ª à 4ª séries e também do CDA, para as redes estadual e municipal. Dentro da capacitação do currículo havia uma discussão a respeito do regime seriado e de ciclo, com progressão continuada. Estávamos fazendo o diagnóstico individualizado das escolas e dando apoio diferenciado a cada uma delas. Tanto é que quase 1.000 escolas pediram o chamado professor recuperador. Autorizamos e os liberamos por designação. Por último, resolvemos fazer - foi a primeira vez que isso ocorreu no Brasil - uma avaliação intermediária da extensão do ciclo quando estava com três anos, em 1997. Fizemos uma avaliação intermediária nos meses de agosto e setembro para identificar o estado atual da aprendizagem dos alunos. Avaliamos e monitoramos. Criamos todas as condições ambientais, recursos humanos, capacitação e avaliação. Não fizemos aventura em momento algum. Que melhor expectativa poderíamos ter senão a prova definitiva dos nove, que foi a avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB -, que colocou os alunos do 4º ano do ensino fundamental em Minas como o de melhor proficiência ou domínio de aprendizagem em todo o Brasil. Como é que se impugna o ciclo? O ciclo mexe com tudo, mexe com a escola, com concepção da escola, com a teoria da função social da escola, com a disposição do Diretor e do Vice-Diretor, dos pedagogos e dos professores, mexe com os pais, mexe com valores, com concepções, com visões de mundo, idiosincrasia, hábitos, costumes, ideologias. E exige competências, formação teórica, dedicação ao aperfeiçoamento profissional. E o que você encontra em todo lugar do mundo, nas famílias, nas igrejas, nas escolas? Por que não? Somos humanos e isso é da condição humana. Você encontra o mundo da pluralidade e da diferença. Há pessoas que, como a natureza, buscam sempre o máximo de economia de energia, é o estado de inércia e acomodação. Querem repetir o mesmo a vida inteira, ignorando o outro. Infelizmente, temos 10% de professores que são, por assim dizer, adeptos da inércia, como temos uma parte de Diretores, de pedagogos. A voz da inércia, entretanto, num curto prazo, é poderosa, porque ela não tem teoria, não tem compromisso. Ela diz assim: o que se está fazendo na escola onde trabalho é a aprovação automática. Explicar o que estou explicando aqui para um pai. Este contraditório aconteceu, é natural e é democrático. As pessoas que não aceitavam a proposta de ciclo, que não foi imposto, tinham o direito de manifestar-se dessa maneira. Mas tinham, ao lado do direito, o dever de apresentar alguma alternativa.

Nós apresentamos seguidamente a LDB, que tem aqui uma proposta de ciclo e defende o ciclo. Os parâmetros curriculares nacionais têm um capítulo em que defendem o ciclo e propõem a organização em ciclos. Vinte e uma Secretarias da Educação no País, hoje, já introduziram o sistema de ciclo, mas nenhuma delas, até o presente momento, fez o que nós fizemos simultaneamente: sistema de avaliação, apoio diferenciado às escolas, capacitação dos dirigentes - havia me esquecido de falar - programa de capacitação dos dirigentes escolares, programa de capacitação dos professores e apoio diferenciado às escolas o tempo inteiro.

Mas há um argumento, Deputado, que é decisivo: quando o Ministério da Educação reorganizou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o SAEB de que já falei, a cada SAEB realizado o Ministério produzia documentos como este aqui: SAEB/97. Existe um idêntico de 1995, e um terceiro que é a comparação de 1995 com 1997.

Neste documento, chamado Estudo Comparativo dos Resultados do SAEB de 95-97, a mais importante conclusão do SAEB, baseado em estatísticas - a equipe atual não gosta de estatística - é a seguinte: da geração anual de alunos de um ano para outro, de todos os alunos repetentes, no ano anterior, 80% deles, no mínimo, repetem o ano no ano seguinte. Isso se dá porque perdem sentido de identidade, de autoconceito, de auto-estima, entram num processo psíquico e psicológico que os levam a uma situação de hiperatividade, de hiperagressividade e até a surtos psicóticos, não entendem a razão de seu fracasso e tendem a explicá-lo a partir de erros deles próprios, porque a escola, neste caso, os excluiu.

Quando esses alunos, repetentes na escola, são avaliados no SAEB, o desempenho de muitos dos repetentes é melhor do que o desempenho de muitos dos aprovados. A conclusão a que se chega é que muitas vezes o tal professor da inércia, que não quer participar da capacitação, formula provas extemporâneas e inadequadas. Exige competências intelectuais de um aluno dois ou três anos distantes das possibilidades psicológicas, psíquicas, afetivas e intelectuais do aluno naquele momento. Isso acontece porque os professores não são formados nos cursos superiores tendo a base da teoria da psicologia cognitiva para entenderem como é que o aluno aprende. Eles aprendem empiricamente, com grande talento. Eles são notáveis.

Mas há aqueles que não aprenderam e não querem aprender e se dão o direito de falar em nome de presumida maioria para impugnar uma experiência inovadora, calcada em teoria científica que, segundo o Secretário, não é mais que opinião pedagógica. Dizer que Jean Piaget é opinião pedagógica, dizer que um Vigotsky é opinião pedagógica, santo Deus! Eles são hoje reverenciados, redescobertos, estudados no mundo inteiro como a única fundamentação científica que pode nos ensinar como é que a criança aprende.

Essencialmente, Deputado, a questão básica é a seguinte: criança aprende, em primeiro lugar, se ela pode dar sentido às aprendizagens que ela tem. E como é que ela dá sentido e razão de ser às aprendizagens que tem? Se a escola e o professor sabem respeitar o conhecimento prévio que ela traz para dentro da escola, adquirido com a família, com a Igreja, com o círculo de vizinhança, com os amigos, com a mídia, com a Internet, no caso de se ter a Internet em casa, ou o que quer que seja.

Essas experiências são ricas de sentido para cada criança, que criam a aventura de pensar o mundo com base em intuições e fantasias à sua maneira. Se o professor, na sala de aula, diz que esse conhecimento que o aluno traz é falso conhecimento, que o aluno não tem o discernimento conceitual e intelectual para distinguir o que é o falso e o verdadeiro, então o aluno faz uma coisa que Piaget chama de erro construtivo. O erro que ele faz não é erro, é um processo de elaboração e reelaboração permanente.

Quando ele adquire novas aprendizagens com um bom professor, na sala de aula, ele volta atrás na aprendizagem que trouxe, renova e trabalha por reorganização de aprendizagens o tempo inteiro. Muda a perspectiva o tempo inteiro, é uma coisa plástica.

Então, chega um professor da inércia e quer fazer testes presumivelmente objetivos para esse aluno. Não leva em conta o desenvolvimento da linguagem, da sociabilidade, das virtudes éticas, a linguagem oral e as outras competências que o aluno tem.

Ele é severamente julgado pelo fracasso em uma, duas, três competências. E as outras três, quatro ou cinco competências que ele tem, algumas delas com brilho e destaque, não são valorizadas. Como é que esse aluno se pensa? "Eu não entendo. Eu não sabia isso, e consequi. Eu não fazia isso, e faço. Eu agora me organizo melhor. Eu trabalho em grupo. Expresso isso e faço aquilo, mas não estou bem em Matemática." Bomba no aluno. A bomba expressa incompetência da escola. A repetência não é outra coisa que não a expressão da inércia da escola. A repetência não é outra coisa que não a expressão da ideologia do ensino contra a ciência da aprendizagem. Um bom professor tem que ser um ótimo professor que ensina, mas o ensino a serviço das aprendizagens diferenciadas dos alunos. Minha professora do Grupo Escolar Barão de Macaúbas, Maria de Lourdes, não sabia nada dessa teoria de que estou falando, mas fazia isso em estado prático, porque tinha a arte da sensibilidade para respeitar cada um, ver cada um como é e, em função disso, planejar e criar novas orientações didáticas. Deve-se acreditar na autonomia e apoiar a escola. O que vejo em Minas Gerais? A volta do partido político dos inspetores escolares, a volta das regulamentações. Não sei se os senhores sabiam que tínhamos abolido a escolha de professores designados pelo critério de tempo de serviço, valorizando a participação nos cursos. Uma resolução do Secretário aboliu o mérito e o desempenho, não valorizando mais participação em cursos, e volta com o tempo de serviço. A escola não resiste a isso. E uma das coisas que mais maltrata uma escola são essas mudanças que acontecem no calor das mudanças políticas. O que se quer? Fazer mudanças políticas em nome de mudanças educacionais? Isso tumultua a escola, tira a estabilidade, acaba com os referenciais. As escolas em Minas, hoje, sobrevivem do talento, da disposição e da determinação dos profissionais que temos. Elas estão desorientadas, porque a Secretaria não tem idéia de coisa alguma. "Como é? Acaba com o ciclo. Vamos ver. Não, a escola escolhe." Depois, volta e autoriza o ciclo por um ano. Agora, como ela não teve orientação a respeito de nada, os senhores podem acompanhar os pronunciamentos. A escola decide. É claro. Se é uma questão de opinião, deixa a escola decidir. A escola deve decidir, mas recebendo orientações seguras, referenciais seguros, clareza de objetivos, clareza e segurança para saber que, se fizer uma escolha, terá apoio e terá de mostrar que está fazendo bem a escolha que fez. Chamam de escolha o que outra coisa não é senão um estímulo à inconseqüência. A Secretaria não sabe o que dizer, não tem idéia, não tem programa, não tem projeto; vive de discurso político, e de nada mais que discurso político. Se querem nos desautorizar, que destratem o ex-Secretário. Façam críticas de qualquer natureza ao ex-Secretário. Estou pronto a comparecer à Comissão de Educação. Se tiverem razão, vou reconhecer. Se não tiverem razão,

ficarão mal. Mas o que a escola tem que ver com as paixões políticas deles? E o ciclo sofre. Primeiro, por incompetência intelectual. Eles não entenderam o que é ciclo. Eles não sabem o que é progressão continuada. A aprovação automática é o supra-sumo da irresponsabilidade. Serei empírico. Como é que estamos fazendo aprovação automática se estamos em primeiro lugar na avaliação nacional do SAEB no Brasil? Como fica, então, o argumento da Secretaria? Só tem uma saída. Qual é? SAEB não vale, porque não vale ser o melhor entre os piores. E quando estávamos no quarto lugar, e agora passamos para o primeiro? Por que o Brasil inteiro está melhorando? Esse é um problema gravíssimo. Deveriam ter um mínimo de humildade, rever as posições, esquecer partido político do Governo anterior, tratem de começar a fazer e terem humildade. Vamos começar para valer? Vamos apoiar as escolas. Voltem com o PROCAP, voltem com o PROMÉDIO, voltem com o PROCADE, voltem com o sistema de avaliação, com o sistema de monitoramento, voltem a fazer educação visando à qualidade do ensino. É preciso que, em meio à transitoriedade do Governo, os educadores e as famílias tenham a tranqüilidade da continuidade daquilo que é bom. Aquilo que é bom não pertenceu ao PSDB, não pertenceu ao Governador Eduardo Azeredo nem ao ex-Secretário João Batista, pertence às comunidades escolares, à sociedade, ao cidadão. É assim que se constrói democracia, dando universalidade e continuidade àquilo que é a conquista social dos cidadãos, aquilo que, comprovadamente, é bom para a cidadania, é bom para a sociedade. Mas parece que eles não têm compromisso com esse tipo de perspectiva e vivem, portanto, desse tipo de comentários incoerentes fundados na opinião, porque quem diz que a questão de ciclo é questão de escolha pedagógica e pedagogia não é ciência não sabe distinguir uma coisa da outra e comete esses absurdos e esses atropelos, como se nós fôssemos os incoerentes que introduzimos a aprovação automática no Estado de Minas Gerais. Pelo contrário, acabamos com a repetência automática, com a burrice automática, com o desrespeito automático ao aluno. Foi com isso que acabamos em Minas Gerais, ou seja, com a incompetência automática de quem não sabe nem pensar. O nosso professor, que merece todo o nosso respeito, reaprendeu conosco o gosto pelo estudo. Os professores diziam para mim nas escolas: é, a Secretaria não está fácil. É curso disso, curso daquilo, avaliação daqui, tempo dali, entretanto os salários... Eles tinham razão. O sindicato chamava a atenção para isso várias vezes. E ele também tinha razão, mas mudou a perspectiva da escola. E agora? Banalidade atrás de banalidade, pirotecnia atrás de pirotecnia, opinião virando conceito. Isso é incrível, e não têm humildade para reconhecer essas coisas.

O Deputado Marco Régis - Sr. Secretário, eu lamento o procedimento nas inscrições, em que nós nos sentimos preteridos. Então, todos os temas que abordáramos, ao final, já foram praticamente abordados. Nós nos reservávamos o direito de fazer comentário, durante os nossos três minutos, e poupá-lo, talvez, de uma resposta, porque todos os temas já foram aqui abordados. Eu gostaria de começar pelo problema da nucleação que levantamos com o Secretário Murílio Hingel, na sua vinda aqui. Era Prefeito da cidade de Muzambinho, no ano de 1990, quando foi proposta a nucleação de escolas em nosso município. Já naquela época fomos alertados por um competente Vice-Prefeito, educador, com dois vínculos no Estado, da incompatibilidade da nucleação. Deixamos de fazê-la e, talvez, de ter avançado no processo dez anos antes neste Estado, antes que alguém tivesse tocado no assunto nucleação, formalmente. Os motivos já foram todos debatidos aqui, questionados por alguns, defendidos por V. Exa., Sr. Secretário.

No que tange aos cursos técnicos, nós também temos as nossas dúvidas, porque, quando o senhor, como legalista, cumpre a LDB, nós descobrimos que outras pessoas encontraram caminhos dentro da LDB para a manutenção dos cursos técnicos. Lamentamos, por exemplo, que a minha cidade tenha perdido um curso técnico de enfermagem, cujo mercado de trabalho é vasto e amplo dentro da perspectiva do cumprimento da LDB. Mas posteriormente soubemos que, em Belo Horizonte, a Escola Municipal Pedro Guerra, numa mobilização da Câmara Municipal, consegue manter o curso técnico, por imposição ou por decisão soberana da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Sabemos que há, na minha cidade, ainda dois cursos técnicos de natureza municipal: técnico de contabilidade, de que sabemos que o mercado hoje é escasso; e técnico em administração de empresas. São cursos que o município continua mantendo à revelia da LDB. Sou, como V. Exa., um legalista e como tal já tive muitos dissabores como V. Exa., porque, como foi colocado aqui, essa paixão muitas vezes ensandecida de quem é vitorioso e até de quem é derrotado... Eu procuro sempre ter o equilíbrio entre a vitória e a derrota, porque jamais gostaria de repetir aquela célebre frase do fascismo: "Ai dos vencidos!". Acho que a vida é uma grande roda-gigante, na qual os fatos se sucedem: um dia estamos lá em cima e, amanhã, estamos lá embaixo. Tenho essa visão e com ela tenho muita ponderação e muita sinceridade para fazer minhas colocações.

Eu diria, Dr. João Batista, que, no plano da municipalização, nem todos os compromissos foram cumpridos. Os Prefeitos de Juruaia e de Delfinópolis, por exemplo, ligados ao PSDB, solicitam nosso empenho, junto à Secretaria de Educação, para rever o processo de municipalização de suas comunidades. Alegam que a construção de escolas em troca da municipalização não aconteceu e, por isso, sentem-se prejudicados.

O Deputado José Alves Viana, pessoa idealista da área de saúde e, como tal, extremamente comprometido com o social, por lidar com a miséria cotidiana do povo, interpelou-o, há pouco, com muita sinceridade, sem intenção de ofendê-lo. O que ouvimos na rua, da boca do cidadão ou do político do interior, tem de ser trazido, com fidelidade, aos microfones desta Casa. E o senhor, Dr. João Batista, que é uma pessoa de alta erudição, um homem reconhecidamente intelectualizado, ao lhe responder sobre a possibilidade de processo, pode tê-lo tratado num tom ameaçador, mesmo sem o perceber.

Quem sabe isso também não andou ocorrendo nas suas andanças pelos municípios mineiros, quando foi falar do processo de municipalização? Tratando com políticos despreparados e com prefeitos que não estão aptos para exercer sua função, seu fulgor intelectual pode tê-los constrangido. Constranger não é exercer o autoritarismo, mas é, muitas vezes, uma maneira de se impor às pessoas.

Esses são os comentários que, modestamente, teço a V. Exa. Não sou educador, sou da área de saúde, mas tive experiência na administração de uma pequena cidade.

Volto ao tema das fraudes do curso técnico. O senhor disse que o curso técnico não proporciona emprego, mas não acha que mais fraude é o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Federal de Educação, em conivência com o Governo Federal, continuarem fomentando as universidades e faculdades particulares para criarem uma legião de desempregados no País?

O Japão e a Alemanha saíram da guerra e cresceram à custa da formação técnica. Não entro no mérito se esse curso técnico tem de ser ministrado antes ou durante o ensino médio.

Vejam os senhores, por exemplo, a Universidade de Alfenas, que é fomentada pelo Governo. Ali, o Prof. Edson Velano, com poder decisório no Conselho Estadual de Educação, consegue aprovação para cursos e mais cursos, pagos a peso de ouro, enquanto nós, Deputados, somos cobrados em bolsas de estudos para essas pessoas, que estão sendo ludibriadas e que farão, mais tarde, parte da legião de desempregados no País.

Falamos, também, em financiamentos externos. Critiquei o Projeto SOMMA, do Governo Azeredo, porque ele estimulava pequenos municípios a se endividarem, municípios como o meu, com 18 mil habitantes, virgens de endividamento até então. Esse aspecto tem a ver com a educação, no momento em que só dependemos de recursos internacionais, do Banco Mundial e, especificamente, dos Estados Unidos.

Nós, que fizemos parte da base de apoio do Governo Azeredo, ouvimos de muitos Deputados, do PSDB mesmo, que a forma como a educação estava sendo levada estava provocando rejeição ao Governo. O senhor não acha, embora no melhor dos propósitos e usando de toda a sua capacidade intelectual, que saímos um pouco da prática para entrarmos num caminho mais seletivo e, ao tomar esse caminho, enveredamos ainda mais no endividamento internacional?

Conheço V. Exa. há mais tempo que a Deputada Maria José Hauelsen, desde os tempos dos movimentos estudantis, da Escola de Medicina, em 1967, 1968, quando V. Exa. era Presidente do DCE e tínhamos aquela utopia.

Eu não tinha aquela utopia, era uma pessoa com a mesma personalidade de hoje. Pregava contra aqueles que queriam a dependência da União Soviética e antiamericana. Eu tinha uma posição mediana em minhas colocações e continuo assim até hoje. A minha utopia continua: até hoje estou pensando em fazer um projeto de lei para se reverenciar, semanalmente, nas escolas mineiras, a bandeira dos Estados Unidos da América. Seria interessante que, durante 5 minutos, alguém fizesse uma palestra sobre os feitos da pátria mãe dominadora do planeta global. Pouco o Secretário de algumas respostas, porque fiz apenas um comentário.

O Sr. João Batista dos Mares Guia - Em primeiro lugar, não renunciei a nenhuma das minhas utopias. Ao contrário, tento, tanto quanto possível, manter a mesma paixão e a mesma coerência. Em segundo lugar, mantenho a mesma paixão e a mesma alegria de ter servido ao Governo Eduardo Azeredo. Disso não me arrependerei.

Lamento quando arrependimentos surgem tardiamente ou surgem até muito rapidamente, tão logo se encerre uma experiência anterior, com a qual se teve solidariedade. Eu não participo desse grupo. Tenho lealdade e solidariedade, sobretudo, às convicções.

Quanto a inibir ou não um Prefeito, gostaria de dizer a V. Exa. que os Prefeitos são adultos e, certamente, não são ingênuos. É melhor que deixemos os Prefeitos falarem por si. Convivemos durante quatro anos com lealdade e franqueza, com negociações diretas, envolvendo até as suas unidades representativas, e, com muita freqüência, a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, sendo que, em algumas reuniões, o senhor esteve presente. De resto, convivemos durante quatro anos, para mim, sempre com apreço pelo

senhor. Com a liberdade que a nossa relação pode permitir, durante quatro anos, o senhor teve inteira liberdade para colocar o que agora, pelo microfone, passado o Governo, acaba de colocar, como se, de alguma forma, tivesse usado, ainda que de maneira não intencional, de recursos mais psicológicos para inibir a voz de um Prefeito. Não me consta que isso tenha acontecido.

Não sou dado a nenhum tipo de manipulação. Acredito vigorosamente nas minhas convicções, luto por elas, mas permanentemente dialogando, e dialogamos com os Prefeitos, com os Deputados que os apoiam e são por eles apoiados. Dialogamos com as entidades representativas dos Prefeitos. Os acordos feitos tiveram a chancela das entidades representativas, com discussões que, inclusive, foram públicas, no Plenário desta Assembléia Legislativa, transmitidas ao vivo por meio da EMBRATEL, e críticas semelhantes a essa, na ocasião, foram formuladas, e nós apresentamos os nossos argumentos, tratando, segundo a nossa visão, de refutá-las. Portanto, nesse aspecto, não tenho do que me arrepender, em hipótese alguma.

Quanto à questão da nucleação, parece que o senhor coloca duas coisas distintas: uma era o programa da nucleação de escolas municipais rurais. Deputado, em 1995, quando era Secretário Adjunto, visitei duas vezes cada uma das Superintendências Regionais de Ensino. Foram quase 150.000km de carro. Em 1996, um pouco menos, mas novamente visitei a todas. Como havia dito, em 1998, fui a 162 municípios. Lembro-me de que - saio da estrada asfaltada para Salinas e entro na estrada de terra para Grão-Mogol, o Prefeito ao meu lado, no carro -, em menos de 3km, havia quatro escolas construídas em alvenaria, com três, quatro salas de aula cada uma. Parei nas quatro. Não havia nenhum aluno, nenhuma carteira. O senhor sabe como elas foram construídas? Dependendo do Prefeito da ocasião, o fazendeiro proprietário de uma daquelas fazendas era politicamente a ele vinculado, queria a escola rural dentro da fazenda, para que a sua esposa fosse a professora contratada ou designada pela prefeitura. Mudava-se a direção da política local, fazia-se na fazenda ao lado uma outra escola, e o processo se desencadeava. Onde estavam os alunos? Há 10, 30km de distância. Onde estava o dinheiro público? Dentro da fazenda do cabo eleitoral do Prefeito, onde não havia nenhum aluno, a não ser os filhos dos trabalhadores rurais que atuavam naquela fazenda.

Fiz isso em toda a Minas Gerais, com dinheiro público. Pusemos um basta nisso.

A nucleação rural foi livre escolha do Prefeito, ele aderiu porque quis, só que a escolha do local onde o núcleo rural seria construído foi feita a quatro ou a seis mãos. Havia o parecer técnico da Secretaria, com visita de campo, e a posição da prefeitura, ouvida a comunidade. Simultaneamente a isso, introduzimos, na linha da equidade e no intuito de fazer justiça com mais recursos para aqueles que são mais desiguais, um programa estadual de transporte escolar, pelo qual, somente no ano de 1998, mais de 1.300 ônibus foram entregues às prefeituras, com base em critérios. Todas as prefeituras do PT, por exemplo, exceto Ipatinga, receberam, assim como muitas prefeituras do PMDB. As que menos receberam foram as do PSDB, o meu partido político, porque trabalhamos com o índice de condições de vida da Fundação João Pinheiro, identificando os municípios por pobreza, tamanho territorial, quilometragem percorrida, tamanho da população rural. Assim foi feita a distribuição. Houve até Prefeito do meu partido que reclamou ao Governador contra mim, porque não foi atendido, e não tinha mesmo de sê-lo.

Foi assim que trabalhamos o tempo inteiro. O que conseguimos, Deputado, do ponto de vista da melhoria da consciência democrática, foi colocar limites, para que as demandas desinformadas ou meramente orientadas por pretensões políticas locais não prevalecessem sobre o diagnóstico e os direitos dos cidadãos. Passamos a trabalhar dessa maneira e encontramos nesta Assembléia Legislativa a mais ampla compreensão por parte de todos, pelo menos nos diálogos que tivemos. Mas sei que, no período eleitoral, muitos Deputados, inclusive os do grupo que apoiava o Governador, criticaram o Secretário da Educação, que seria, de certo modo, severo. Severidade por quê? Cumprir a lei, trabalhar com programas claros, idéias claras, propostas claras, tudo discutido com a cidadania e encaminhado com rigor? Dizia-se que eu era pouco flexível do ponto de vista político. Pergunto: E os cidadãos?

Quanto a essa questão de ter prejudicado aluno aqui ou acolá, eu gostaria, francamente, que me dissessem concretamente onde e como isso aconteceu. Tendo alguma possibilidade de tempo, gostaria de ir até lá e conversar, para ver se, de fato, aconteceu, porque conseguimos transporte escolar para todos os 522 municípios que necessitavam disso; a nucleação rural era um programa apenas em fase inicial, exatamente para dar melhores condições de atendimento escolar, com bibliotecas, professores qualificados e transporte aos alunos; a nucleação urbana objetivava criar o ensino médio para todos.

E, mesmo assim, Deputado, identificamos 215 municípios em Minas Gerais, entre eles os 96 que a Assembléia emancipou, que não possuíam curso de ensino médio. Cito um exemplo: Juvenília, distrito de Montalvânia, na margem esquerda do rio São Francisco, na fronteira com a Bahia. Criamos um programa chamado Ensino Médio com Professores Itinerantes. Havia o prédio, os 10, 20, 30 ou 40 alunos, mas não havia professores de Física, Química, Biologia e Matemática residentes em Juvenília. Contratávamos professores em Montes Claros, pagando o salário em dobro, e o Prefeito dava a casa e a alimentação. Esses professores de Física e Matemática passavam dois meses em Juvenília e ministravam, de manhã e à tarde ou à tarde e à noite, em tempo integral, o curso de Física e o de Matemática. Quando saíam, vinham os professores de Biologia e Química.

Onde aprendi isso? As universidades trabalham assim. Foi o primeiro programa do gênero realizado no Brasil. Resultado: no final de 1997, todos os 215 municípios mineiros que não tinham ensino médio já o possuíam, sem nenhuma exceção e incluindo as populações indígenas. Em alguns casos, quando alguns jovens haviam terminado o ensino fundamental, passaram a desfrutar da prerrogativa do ensino médio nos 853 municípios.

Acho que erramos politicamente, porque não soubemos fazer propaganda da revolução educacional que fizemos em Minas Gerais. Isso foi o que não fizemos: propaganda intensiva. Erramos, porque politicamente não fomos astutos. Quando se falava em fazer alguma publicidade institucional do que se fazia em educação, isso seria manipulação política. Se você é virtuoso, no futuro, depois de resultados eleitorais, você vira, não virtuoso, mas quase vicioso.

É incrível esse tipo de lógica, segundo as circunstâncias. Como é que ficam as convicções? Como é que ficam a moralidade e a ética? Como é que fica o compromisso com o cidadão, que não é contraditório com a estratégia e com a astúcia? Só que o que eu entendo por estratégia não é manipular o outro. É interagir com o outro e passar para ele a informação e o conhecimento que você tem, criando espaços cívicos para dialogar e para produzir consensos. Se eu sou enfático, esse é um defeito que não sei superar. Se eu tenho convicções, vejo isso como virtude, porque não sei dissimular.

Tudo foi muito claro e não aceito, Deputado, essa sua crítica, dizendo que aluno foi excluído. Ajude-me, por gentileza, convidando-me para ir lá, para que eu veja se realmente foi excluído algum aluno. Mas leve em conta que, se o senhor disse que ouviu a reclamação de que o tal curso técnico deixou de existir, pergunto-lhe: O senhor tem a informação de quantos alunos estavam fora da escola e jamais puderam ter a expectativa de fazer um ensino médio e tiveram a sua inclusão garantida? O curso técnico parece ter se transformado, em algumas circunstâncias locais, numa questão de símbolo político e de má qualidade. Isso porque não se dizia aos alunos para que é que servia aquele curso que eles tinham. Não se dizia a eles se aquele curso lhes garantiria a empregabilidade, a integração no mercado, a cidadania. É claro que não tínhamos a resposta para tudo, porque a questão do curso técnico, como eu já disse, era uma grande caixa preta no Brasil. Hoje, o País está começando a aprender como organizar, em parceria com a sociedade, com as empresas, com o Sistema S, a oferta de cursos técnicos.

Agora, se há escola estadual que, em nome da flexibilidade e da autonomia, daquilo que chamamos de currículo diversificado, pretende reintroduzir o curso técnico, eu clamo por orientações precisas da Secretaria da Educação. Se houver orientações precisas, as escolas, conhecendo as opções, poderão fazer uma escolha mais sábia, mais adequada e mais atenta àquilo que pode ser chamado de interesse real dos alunos, inclusive ouvindo-os, para que possam expressar seus interesses.

Era o que eu gostaria de comentar, porque, de certo modo, com a convivência que tivemos por quatro anos, o modo como o senhor expressou a sua posição causou-me um certo estranhamento.

O Deputado Amílcar Martins - Meu caro amigo e companheiro João Batista dos Mares Guia, acho que posso dizer, sem medo de errar, que dos 77 Deputados estaduais e, mais do que isso, de todo o grupo que faz política hoje, em Minas Gerais, sobretudo da nossa geração, sou o seu amigo mais antigo. Apesar da nossa juventude, comprovada pela nossa barba branca, em um tempo de aproximadamente 35 anos, já participamos de muitas lutas em defesa da democracia, da redemocratização do Brasil, da justiça social. Por esse motivo, por ser o mais antigo, sou também, de todos, o seu mais antigo admirador nesta Casa. Quero cumprimentá-lo, não apenas pela sua exposição, brilhante como sempre, mas sobretudo pela sua gestão brilhante na Secretaria da Educação, cheia de realizações. Esse é um dos marcos de glória da administração, à qual pertenci e com a qual também tive a honra e o privilégio de colaborar, do Governador Eduardo Azeredo.

Quero ser breve e gostaria de fazer apenas dois comentários. Em primeiro lugar, quero lamentar que esta reunião tenha sido marcada mais ou menos em cima da hora, não permitindo que a imprensa estivesse aqui presente em peso. É muito importante, é fundamental para Minas Gerais que todos os mineiros ouçam esse depoimento, porque faz justiça à administração do Governador Eduardo Azeredo e a toda a equipe que trabalhou com V. Exa. na Secretaria da Educação, a esse trabalho esplêndido, a essa revolução que foi feita na educação pública de Minas Gerais.

O segundo fato que tenho a lamentar é que a atual administração, do Secretário Murílio Hingel, que esteve aqui nesta Casa, tenha se dedicado, como outras de outros segmentos da administração, a um esforço sistemático de destruição do trabalho que foi feito. Isso é vergonhoso, e eu tive a oportunidade de dizer isso a ele, que, como Ministro, pregava tanto a continuidade da administração pública.

No entanto, um trabalho iniciado pelo ex-Governador Hélio Garcia teve continuidade no Governo Eduardo Azeredo, com a sua ação à frente da Secretaria da Educação.

Infelizmente, o atual Secretário com toda sua equipe, e de uma forma geral, o atual Governo, têm tentado destruir a nossa imagem. No entanto, o que dói mais é a destruição de um trabalho que foi feito em todas as áreas, um trabalho esplêndido, que ficou na história de Minas. Ele fez somente uma concessão. Quando cobrei a destruição do PROCADE, a destruição do Pró-Médio, a destruição do sistema de avaliação, ele tergiversou e reconheceu somente o esforço feito no Programa Acertando o Passo. Foi a única e modesta concessão feita. Disse-lhe que isso era muito pouco, era uma injustiça muito grande que se fazia, não ao Secretário, mas a um grupo notável de professores, de educadores mineiros, que conseguiram levar a educação de Minas Gerais para o primeiro lugar na avaliação nacional. Meus parabéns por todo esse trabalho.

O Sr. João Batista dos Mares Guia - Deputado Amílcar Martins, agradeço-lhe a manifestação generosa de apreço, que é mútuo. Gostaria de fazer um comentário a respeito do Programa Acertando o Passo. Apesar de o ainda não-Secretário haver prejudicado os Programas Acertando o Passo e A Caminho da Cidadania, dizendo que eram inconseqüentes, sem suporte, como se fossem apenas arranjos, decidiu-se, por último, mantê-los. No entanto, é uma manutenção perversa, porque, quando se editou uma resolução assinada por ele e publicada no "Minas Gerais", determinando que a contratação de professores designados se fizesse somente por tempo de serviço, sem levar em conta a aptidão, o empenho do professor para melhorar em relação a si mesmo, participando de programas de capacitação, fez com que mais de 70% dos professores que trabalharam no Acertando o Passo, em 1998, não retornassem às salas de aula em 1999, porque as vagas foram concedidas pelo critério de tempo de serviço, significando um atraso inominável, ou seja, valorizando-se o tempo no lugar do mérito, da competência, do desempenho, o que causou uma impressionante troca de professores, em prejuízo dos alunos. Tenho receio a respeito da qualidade da continuação do Programa Acertando o Passo, a partir dessa resolução editada pelo atual Secretário da Educação, muito na linha do modo de pensar, da ideologia dos inspetores escolares. Lamento.

Disseram que a municipalização foi um grande equívoco, mas foi mantida integralmente e ampliada. Fico impressionado, porque ouvi críticas, como as feitas aqui pelo Deputado Maria José Hauelsen, com rigor, transparência, mas equivocadas, de que a municipalização foi imposta. Quando temos a oportunidade de contar a história, descrever e argumentar, por que as críticas não continuam? Certamente, devem ter rendido muitos dividendos eleitorais na época da campanha. Você tinha a escola na porta da sua casa. Mas por que não falam para centenas de milhares de outros, que não tinham escola e que passaram a ter? Gostaria que me indicassem para esclarecimentos. O ex-Secretário e o atual podem ser convidados ou convocados pela Comissão de Educação. Quem sabe têm razão e irão mostrar que houve exclusão de alunos? Agora, é difícil, 311.000 alunos no ensino médio para mais de 800.000. Exclusão?

Fizemos um estudo demográfico que mostra que toda a população de 15 a 17 anos do Estado de Minas Gerais, com exceção de menos de 10 mil, que são quase impossíveis de se localizar, migram em função de oportunidade de trabalho. Eles estavam escolarizados ou escolarizando-se, a minoria no ensino médio, e a maioria voltando à escola, acertando o passo, numa modalidade de aceleração da aprendizagem. Entretanto, durante e após a campanha assistimos a declarações, com amplo espaço na mídia, de que em Minas, neste Governo, se alcançaria, em quatro anos, o atendimento de até 80% da demanda do ensino médio, quando atendemos 100% da demanda no ensino médio, da demanda que havia concluído o ensino fundamental, e nos preparamos para atender 100% a cada ano.

Como se pode, em nome de diagnósticos, falar de realidades objetivas sem ter o mínimo domínio do "status"? Daí o mal-estar que eles têm em relação à palavra estatística, o mal-estar que têm para descrever a realidade. Qual é a dificuldade de diálogo com a equipe dirigente? Para que haja o diálogo é preciso que um e outro tenham lógica de argumentação. Caso contrário, não há inteligibilidade. E também é preciso que um e outro respeitem os terceiros, os cidadãos, os interlocutores, e que, no mínimo, se coloquem de acordo com o que é a realidade e quais são os problemas sobre os quais vão conversar, ainda que as soluções sejam diferentes. Esse princípio básico do mínimo de inteligibilidade para tornar o diálogo possível não é observado pela equipe atual, que vive desse tipo de comentário, no campo da pura opinião, sem nenhum rigor e sem nenhuma consistência.

Peço, encarecidamente, que os senhores criem oportunidades para que possamos fazer diálogos na Comissão de Educação, mas que haja uma regra. Que cada coisa dita seja documentada com evidências. O resultado disso é o esclarecimento da opinião pública. Esqueçamos a questão política e partidária. Os cidadãos fizeram a escolha que fizeram e não erraram, porque quando se diz que na democracia os cidadãos erraram, estamos presumindo que somos os donos da verdade. Isso é completamente absurdo.

Mas o que a educação tem a ver com partido político? O que a educação tem a ver com idiosincrasia de Secretário? Por que ela tem que ser penalizada quando a paixão se impõe à razão? E aí vem uma espécie de pulsão política, que parece estar dominando o conjunto do atual Governo: é um gosto nada adulto pela popularidade fácil, um certo exibicionismo em face da mídia, uma certa busca, como se fosse uma carência, algo impetuoso que eles não conseguem controlar, de o tempo inteiro estar gerando, presumivelmente, o que seriam fatos políticos. E qual é a natureza dos fatos políticos que são gerados, que têm vida na mídia e que de um dia para o outro se esvaem, freqüentemente emitindo juízos de valores a respeito de personalidades como o próprio Presidente da República, que freqüentemente tem sido, digamos, atacado? S. Exa. está freqüentemente ignorando fatos e realidades objetivas e exibindo o descompromisso com as boas heranças recebidas. Mudanças, todos nós sabemos, passam necessariamente por um diálogo, uma mediação, um intercâmbio, uma dialética entre tradição e inovação. O que estão tentando fazer é anular memória, história. Isso é típico de personalidades imaturas. E, do ponto de vista político, foi típico do fascismo. O que o fascismo quer é o esquecimento, é ignorar as vivências, ignorar a pluralidade, ignorar a vida na sua pulsão, ignorar as histórias, as identidades coletivas, ignorar as individualidades, as heranças, manipular falsas tradições e impor uma única verdade. Isso é muito mediocre, é completamente lamentável. A Secretaria da Educação está completamente paralisada hoje. A inação se deve à inanição no campo das idéias, por falta de orientação, objetivos, programas e projetos. O que havia foi paralisado. E, com isso, o educador é vítima dessa pulsão destrutiva por impulsos psicológicos e psíquicos que talvez o Deputado Líder do PSDB, que é psiquiatra, possa esclarecer.

É impressionante o que está acontecendo. Querer dizer para milhares de professores, milhões de alunos e suas famílias que o PROCAP não valeu, enquanto foi avaliado o tempo inteiro e aplaudido por 100 mil professores no Estado de Minas Gerais? Que o Pró-Médio não valeu? Perguntem aos professores se não valeu. Que o Programa de Capacitação Continuada dos Dirigentes Escolares não valeu? Que a avaliação não faz sentido, quando não adianta ser o melhor entre os piores, quando o Nordeste, como região, foi a que mais cresceu? É impressionante isso. O que é isso?

Isso são experimentos políticos em via de manipulação para anular história, tradição, construção coletiva, identidades e, sobretudo, desrespeitar o cidadão. Agora, as escolas são adultas e maduras; elas têm identidade coletiva. Cabe a elas refletir a respeito disso, encontrar um curso de ação para resgatar o que é bom e ajudar a Secretaria a encontrar um rumo. Se a Secretaria não consegue fazê-lo, lamento. No mínimo, por dever de ofício. Mas, se não consegue fazê-lo, a minha disposição até então tem sido essa. Claro que sou um pouco mais cáustico, porque são três meses e meio de ouvir, cotidianamente, comentários apresentados como críticas, sem fundamento racional e sem reproduzir a realidade objetiva, fundados em opinião e em muito desconhecimento. Com esse propósito político da busca fácil da popularidade, anulam o que é ou pode ser verdade, o que é história, o que é construção coletiva e o que é conquista dos educadores. Quem paga o preço disso? A criança. Aí está a gravidade da situação: é o aluno que paga.

Como ficam as escolas num contexto como esse? Perplexas e desorientadas: "Ah, tudo se resolve em nome da autonomia da escola". Já estão discutindo na Secretaria a possibilidade de mudar o sistema de autonomia, descentralização e liberdade da escola. Voltar com a pura eleição e introduzir o populismo e a mera disputa no ambiente escolar, que é uma instituição especializada em produzir o processo de ensino-aprendizagem.

Também hoje não concordaria com a prova como primeira exigência para um candidato se habilitar a disputar a direção escolar. Estamos propondo em Goiás, e já foi aceito pelo Governo, o seguinte: todo candidato "a priori" está comprometido com a participação em um curso de qualificação para gestão escolar, produzindo uma monografia na forma de um plano de desenvolvimento da escola e projeto pedagógico, como condição "sine qua non" para participar da eleição para Diretor Escolar. Foi eleito, tomou posse, automaticamente está matriculado num programa continuado de capacitação de dirigentes escolares, com atividades durante um dia inteiro, uma vez em cada 15 dias. É o que fazíamos no PROCAD aqui. Isso está sendo adotado em dois Estados em que estou trabalhando. Sei que é uma opção preferencial da maioria do CONSED hoje. Aqui em Minas eles estão voltando nas discussões aos anos 80: democracia na escola somente com eleição direta. Isso desqualifica o processo. Eleição direta vale para a escolha geral dos cidadãos no campo da democracia representativa. A eleição direta não focaliza todos os aspectos centrais, entre eles a exigência de um mínimo de competências básicas por parte dos gestores escolares, o que pode ser avaliado de modo adequado ou construído adequadamente durante um curso prévio à própria eleição. É compromisso de todos, uma vez eleitos e tendo tomado posse, participar de um programa continuado de capacitação. Mas como, se aqui em Minas acabaram com o Programa de Capacitação de Dirigentes Escolares? Era o único que havia no Brasil. No mundo inteiro conheço somente um lugar onde há programa de capacitação de Diretores: a Open University, na Grã-Bretanha, que começou a criar, ano passado, com a qual temos intercâmbio, um programa de capacitação de dirigentes. Essa tendência vai se universalizar. Entretanto, em Minas Gerais, após o primeiro ano de experiência vitoriosa, simplesmente acabam com o programa. Em nome de que argumento de razão? Creio que não há nenhum.

Essa questão não é para Oposição ou Situação. É uma questão de consciência democrática lúcida em defesa do aluno, do professor, da escola e das conquistas dos mineiros. Se a

Secretaria estiver disposta a rever essa sua posição atual, vai dar uma demonstração de grandeza.

Se ela se dispuser a fazer essa revisão, como cidadão que escolheu ser oposição construtiva ao atual Governo, pelas próprias razões de convicção e pelas razões que ele todo dia nos fornece (são incontáveis e se sucedem aos borbotões), se houver uma disposição sincera da equipe dirigente da Secretaria de Estado da Educação em rever suas práticas, como cidadão e com o compromisso com aquilo que ajudamos a construir, tendo sido um dos líderes desse processo, disponho-me a cooperar no que couber. Não tenho nenhum propósito político, nenhuma pretensão política, pois estou preparando minha volta à atividade acadêmica.

Gosto do meu PSDB, mas, do ponto de vista da educação, se houver uma boa disposição da equipe dirigente para fazer revisão, estou disposto a cooperar. Esse foi o motivo pelo qual disse a todos que trabalharam comigo nas equipes que, se houvesse oportunidade, teriam a obrigação de permanecer na Secretaria e ajudar o novo Secretário, como também procurei o Banco Mundial, a fim de sensibilizá-lo para apoiar a continuidade das boas ações educacionais. E as respostas que tivemos até agora foram agressão, agressão, agressão, primarismo, primarismo, inconseqüência, descompromisso com os alunos. Então, agora é hora de falar. Hoje me foi dada esta oportunidade, a qual agradeço do fundo do coração. Esperava este momento por parte da Assembléia, como espero que isso se abra no Estado de Minas Gerais. Vou me dedicar a isso. Se a Comissão de Educação puder nos ajudar, será muito bom, porque expõe o contraditório. Vamos publicar dois livros a respeito da reflexão sobre as experiências educacionais em Minas Gerais, vamos organizar simpósios e seminários, vamos esclarecer essa questão, porque o aluno não pode pagar o preço dessa fogueira de vaidades que tomou conta, de modo ensandecido, do Governo do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado José Alves Viana) - Com a palavra, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Minha intervenção é somente para agradecer a presença do ex-Secretário nesta Casa. O senhor nos brindou com uma conferência em que relatou tudo sobre suas atividades à frente da Secretaria da Educação, demonstrando que o fez com inovação na educação, com a filosofia da educação para a cidadania. Entendemos perfeitamente bem que o senhor rompeu grilhões, conquistou todos os parlamentares, todo o povo de Minas Gerais, jogando luz nesse tema, que estava parado ainda na Idade Média, e implantando 56 programas e projetos novos, à luz da Pedagogia, da Psicologia. E isso foi feito de forma científica, procurando adaptar as inovações às condições do aluno, banindo a chibata, a vara de marmelo, a repetência e dando-lhe, sobretudo, a liberdade de procurar seu caminho, da mesma forma que o senhor procurou também criar a filosofia do ensino continuado para os professores, essa reciclagem moderna, com recursos humanos cada vez mais eficientes, com recursos materiais dentro da tecnologia moderna. Somente usando esses dois recursos e o potencial do aluno, de forma livre, de forma desarmada, conseguiu levar avante um programa educacional. Além disso, o senhor contou com o apoio do ex-Governador Eduardo Azeredo, que liberou verbas substanciais, o que lhe valeram dois prêmios relativos à educação. Isso melhorou a qualidade dos professores, dos alunos, e diminuiu o analfabetismo no Estado, elevando-nos ao primeiro lugar.

Portanto, no Governo passado, contamos com a sua experiência, com a sua competência, com a sua visão multidimensional. Que venham as críticas. A comparação está aí, de forma clara, meridiana. De forma clara, aí está o seu merecimento e a consideração do povo de Minas Gerais. Ficamos felizes em saber que o PSDB, no Governo passado, contou com um Secretário de Educação que, para orgulho do Brasil, resgatou a cidadania no ensino em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Ermano Batista - Sr. Presidente, Sr. ex-Secretário, só corrigindo: "O uso do cachimbo põe a boca torta".

Sr. ex-Secretário, o senhor fala com muita competência, com muito conhecimento, mas também com muita autoridade. O senhor acredita no que faz. É essa a razão da certeza com que expõe as suas idéias. A Educação indubitavelmente foi muito bem no Governo de Eduardo Azeredo, sob o comando do ex-Governador Eduardo Azeredo, que ousou aplicar, como disse o Deputado Paulo Piau, 45% na Educação. E hoje ela é reconhecida no âmbito nacional e até mesmo fora das nossas fronteiras. Na sua ousadia, ele adotou um procedimento, já utilizado pelo povo japonês, que conseguiu o milagre da fênix depois da Segunda Guerra Mundial, pois priorizou o homem. Esse foi o procedimento de Eduardo Azeredo sem dúvida alguma. Mas existe um fenômeno que não consigo explicar: o fenômeno de ordem eleitoral. Não o explico a não ser pela fatalidade, aquela em que no parto da idéia o genitor sempre morre. Vou citar dois exemplos: o humano e o divino. Tiradentes e Jesus Cristo.

No ano passado, o carro-chefe da administração Eduardo Azeredo teve um comportamento estranho em nível de procedimento eleitoral: comportou-se idêntico à Polícia Militar. Com relação aos militares, tem explicação, mas com relação à Educação isso não se concebe a não ser pela fatalidade. A cúpula, os tecnocratas, os dirigentes de ensino, os superintendentes, os diretores ficaram eufóricos, entusiasmados, e com razões sobejas, pelo sucesso da Educação, mas a turma do "pó-de-giz" foi para a rua, colocou o herói como o algoz e acabou matando o genitor dessa idéia maravilhosa, que foi a educação em Minas Gerais.

Sendo o senhor sociólogo, filósofo, professor emérito, como explicaria esse fenômeno?

O Sr. João Batista dos Mares Guia - Não conheço nenhuma evidência empírica que tenha distinguido, nos muitos eleitorados, especificamente aquele formado pelos educadores, em que haja uma avassaladora preferência eleitoral, como essa que o senhor acaba de apontar. É preciso que se mostre qual a evidência empírica disso. Na minha percepção, diria que majoritariamente os professores não optaram por apoiar a continuação do nosso Governo. Faria uma distinção. Em meio a tantas virtudes do Governo, como um todo, entre elas o Deputado Paulo Piau citou a Lei Robin Hood, creio que todos cometemos um equívoco estratégico na condução da relação com os funcionários públicos de modo geral.

Quando, em nome da reforma do Estado, que, efetivamente, em alguns aspectos avançou, e em outros não, diria que, predominantemente, não avançou, passou-se ou à percepção do servidor público uma situação segundo a qual o Governo teria por ele, servidor público, um grande despreço. Isso começou com aquele programa de demissão incentivada ou motivada, que produziu os efeitos contrários do ponto de vista da sensibilidade dos servidores públicos. Claro que isso também se agrava no episódio da Polícia Militar.

Ao mesmo tempo, havia uma atitude politicamente uníssona dos movimentos sindicais, de modo geral, que conseguiram, sobretudo de 1997 em diante, com algum êxito, do ponto de vista do "marketing" e da publicidade, fixar como verdade a suposição de que no Governo Eduardo Azeredo praticava-se arrocho salarial.

É impressionante como a própria Secretaria da Fazenda, no Governo atual, ao fazer uma determinada crítica ao nosso Governo, comentava que fomos inconseqüentes e quase irresponsáveis ao praticar aumentos reais de salário, especialmente dos professores, muito acima das possibilidades financeiras do Governo e que esta teria sido a razão principal do déficit público apurado.

É interessante como "a posteriori", e após as eleições, o diagnóstico aponta como vício o que o Governo prometia fazer para os funcionários, assim que começasse, como se fosse a sua virtude: melhorar os salários dos funcionários em geral.

Com efeito, de 1º/1/95 a 31/12/98, a inflação acumulada não alcançou 50%. Entretanto, só na área da Educação, os reajustes e aumentos médios praticados para os professores ficaram na faixa de 80%. O menor para os dirigentes escolares, na faixa de 63%, e o maior para os professores P1 que chegou próximo dos 100%, aliás, ultrapassou os 100%. Os P1 teriam tido um aumento da ordem de 88%. Considerávamos que o salário de ingresso para 4h30min para quem tinha magistério de nível médio seria de R\$300,00, quando ele era de R\$326,00. O salário médio estava na faixa de R\$614,00 e o maior dos salários, na escala de P1 a P7, chegava a R\$1.263,00 para quem estava completando toda a carreira, com todos os prêmios da carreira.

Era o salário merecido pelos professores? Não. Mas seguramente muito melhor do que o salário que havíamos herdado. Seguramente muito melhor, sob qualquer parâmetro de comparação. O salário do P1 era de R\$155,00 em 1º de janeiro de 1995. Quando chegamos, em outubro de 1995, esse salário era de R\$255,00. Depois houve o abono de R\$45,00 e, em seguida, mais um aumento no ano de 1998, que elevou o salário do P1 para R\$326,00. Isto para o P1 no início da carreira, para 4h30min de trabalho.

Entretanto, o que ficou fixado pela ação de todos os sindicatos como sendo expressão da verdade? Que o Governo Eduardo Azeredo praticou, ao longo dos 4 anos, arrocho salarial para os funcionários públicos do Estado de Minas Gerais.

Então, se é assim, queremos registrar uma crítica aos sindicatos que a merecem, porque manipularam informação e desvirtuaram informação, fizeram uma manipulação e crêem que isso é virtude. Acham que contribuem para construir democracia desta maneira. Por outro lado, nós não soubemos repor a verdade para a opinião pública. Portanto, também falhamos do ponto de vista estratégico.

Acredito que os professores, na sua maioria, terão agido, no episódio eleitoral, orientados por duas lógicas, mas entre si coerentes: por um lado, um sentimento de pertencimento, de vínculo, se sentindo respeitados, afirmando a sua identidade, readquirindo gosto, prazer, envolvimento e responsabilidade com o ato de educar. Minha experiência pessoal com os professores me demonstra isso com toda nitidez.

De outro lado, enquanto cidadãos e profissionais, para o conjunto de expectativas e interesses que têm, as outras falas, os outros interlocutores foram mais eficazes e sensibilizaram mais os professores do que nós.

Na hora da escolha política, prevaleceu aquela orientada por esse conjunto de influências, e não por uma reflexão detida a respeito das práticas educacionais. O Deputado poderia me perguntar: "Qual é a evidência de que os professores têm esse sentimento de pertencimento, se sentiram valorizados, respeitados, reconstruíram a dignidade do exercício profissional?" Primeiro, a adesão ao PROCAP - Programa de Capacitação de Professores. Não foi nenhuma imposição. Segundo, a adesão ao Pró-médio. Quando o Pró-médio começou, só tínhamos recursos para atender 228 escolas. Obtivemos a inscrição de 100% das escolas. E há um fato da maior importância. Criamos uma concepção de desenvolvimento profissional, de formação continuada, através da ideia do grupo de desenvolvimento profissional. Com mais um ano, esgotaríamos o ciclo dos grandes programas de capacitação e introduziríamos um grande programa de pós-graduação e, ao lado dele, um programa mais flexível, pelo qual qualquer professor poderia se associar a outros professores, na mesma escola, entre diferentes escolas, de ensino fundamental com ensino médio, entre diferentes redes, entre grupos formados por professores multirrede, multi-escolas, interdisciplinares, mas que criasse um projeto próprio e focalizasse aquele interesse genuíno do grupo. Chamamos de GDP - Grupo de Desenvolvimento Profissional. Assim que apresentassem seu projeto, esses grupos receberiam recursos descentralizados na conta bancária de uma caixa escolar de uma escola da escolha deles, e apenas teriam que avaliar o projeto e mostrar que cumpriu seus objetivos e as metas traçadas. Trabalhávamos, portanto, a capacitação mais flexível, descentralizada, no local de trabalho, segundo a ótica dos professores e segundo as escolas. Após vencida a etapa dos grandes programas de capacitação, esperávamos que no máximo 1.500, generosamente 2 mil GDPs, que deveriam ter no mínimo 14 e no máximo 20 professores, se inscrevessem entre 1º de agosto e o final do mês de novembro. Recebemos a inscrição de 7.200 GDPs, alguns com menos de 14 professores. Quando se tratava de municípios com poucos alunos, fizeram consórcio para organizar o GDP. Foi um total de 103 mil professores, entre efetivos e designados, da rede estadual e de redes municipais. Essa é uma evidência muito poderosa da credibilidade, da confiança. Não adianta falarmos das impressões, dos comentários, da carta, do telefonema, porque isso não indica propriamente uma tendência. Mas tenho comigo a convicção de que as escolas estão perplexas, desejosas e se fortalecendo para reivindicar a volta do Pró-médio, a volta do PROCAP I, a continuidade do PROCAP II, a volta do PROCADE - Programa de Capacitação de Dirigentes Escolares -, a volta do sistema de avaliação, a volta do PAIE - Programa de Apoio à Inovações Educacionais. Não vou falar nos 56, mas, se tiver oportunidade no futuro, ainda mais num debate com a equipe dirigente da Secretaria, terei de ocupar uma mesa como esta para trazer as publicações correspondentes a cada um dos 56 programas e projetos que desenvolvemos, a concepção, a proposta, o início do desenvolvimento e os resultados que estão sendo alcançados. Podemos demonstrar qualquer um deles. O que ocorre é que se criticam 56. E tomam isso como argumento para não ter nenhum. Se a lógica é anular a memória que vem do passado, pelo menos que se coloque no lugar algo equivalente ou, se possível, melhor.

Não saberia responder à pergunta que o senhor fez, que merece exame e reflexão. Só sei dizer que é impróprio imputar aos cidadãos que erraram ou teriam acertado mais se tivessem nos escolhido. Isso nos convoca, portanto, a uma reflexão a respeito de onde e como erramos, em meio às virtudes que já são reconhecidas na área da educação, na área do meio ambiente, na Lei Robin Hood, na área da atração de investimentos, na ampliação do emprego industrial, na melhoria geral da infra-estrutura, embora tenhamos muitas falhas em outros aspectos. Os senhores sabem, sempre defendi que uma estrutura governamental não deveria ter mais do que 10 secretarias. Nosso Governo tinha 19, por várias razões que não estão ao meu alcance avaliar ou comentar.

O curioso é que o atual Governo, que fazia esse diagnóstico e essa crítica, chegou a recuperar um estudo feito pela SEPLAN no Governo passado, na linha da reforma do Estado, e já criou, além das 19, mais duas secretarias, se não estou enganado, sendo uma delas a de turismo. Isso é curioso. Então, nós cometemos falhas. Agora, por outro lado, é preciso que se reconheça que governos não são monolíticos, ainda bem. O Estado não é monolítico. O Estado não expressa por si mesmo os interesses do cidadão. O Estado e os governos são porosos, têm contradições dentro de si. É muito freqüente governo atrapalhar governo, o que também é um pouco próprio da lógica democrática, porque os diferentes interesses e grupos estão, de alguma forma, pressionando e exercendo influência.

Através da influência, estão fazendo com que as políticas públicas, as orientações de governo mudem. Então, esse tipo de contradições é próprio da vida democrática. É muito bom. Em alguns momentos, em algumas áreas tivemos eixos, rumos claros. Eu me permito dizer que a educação foi claramente um deles. Em algumas outras áreas, não. Nós tínhamos belas promessas na formulação da política na área da saúde. Vejam que ideia inovadora e revolucionária: os consórcios intermunicipais de saúde. As cestas de remédios, a racionalização, o envolvimento, a lógica participativa. Isso poderia ter sido muito mais consequentemente levado adiante, embora fosse a decisão do Governador, que sempre quis que fosse assim. São exemplos que o próprio atual Ministro da Saúde tem destacado, mas o modo de implementar não foi o tempo inteiro o modo mais feliz. Tivemos frustrações nisso. Agora, num aspecto mais propriamente político, eu confesso que me envolvia intensamente com a ação propriamente educacional. Eu não tive maior envolvimento, por assim dizer, na própria vida política do Governo, não participei de nenhuma formulação de tipo estratégico com vistas a uma estratégia de ordem político-eleitoral. Eu não saberia fazer comentários a esse respeito, mas eu acho que é uma boa linha de reflexão.

Agora, também não censuro os professores. O sentimento que as pessoas têm, quando se tornam sentimentos majoritários, expressam quase uma identidade. É preciso que isso seja objeto de reflexão, seja pensado, seja avaliado. Diria que, freqüentemente, os professores têm razão. Agora, registro aqui essa ambigüidade, essa ambivalência, essa dupla lógica. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o professor tenha esse sentimento básico de justiça, esse sentimento de pertencimento, essa valorização do exercício profissional, esse reconhecimento de que a escola e a educação melhoraram, de que ele teve oportunidades para ser valorizado e se valorizar e de que teve a sua profissão fortalecida, ainda que estejamos longe daquilo que possa ser chamado de um salário condizente com o exercício responsável da profissão do magistério. Mas tivemos cuidados. Alguém diria que não teríamos sido pragmáticos. Nós tínhamos uma negociação com o sindicato com vistas ao plano de carreira do magistério. Essa negociação avançou admiravelmente bem. O sindicato aceitou o nosso argumento do mérito e da avaliação do desempenho. Portanto, um plano de carreira promoveria o profissional em função do seu desempenho e do seu mérito, não sendo mais determinantes os critérios de contagem de tempo de serviço. Formamos um amplo consenso, mas também havia alguma divergência pontual. O nosso compromisso era apresentar o projeto de lei de plano de carreira até maio, no máximo até junho de 1998.

O sindicato ponderou, quando a proposta estava pronta, que era um momento eleitoral e que nós deveríamos adiar o encaminhamento do projeto de lei à Assembléia Legislativa para após as eleições. Conversei com o Governador Eduardo Azeredo, que, com a ética que é peculiar a sua atitude como cidadão e como político, concordou que, se apresentássemos o projeto de lei referente à carreira do magistério, isso poderia, de repente, ser percebido como uma ação de corte eleitoral. Suspendemos o encaminhamento do projeto, em comum acordo com o sindicato, para fazê-lo após as eleições, qualquer que fosse seu resultado. Perdemos as eleições. Recebi uma carta do sindicato, assinada pelo Prof. Antônio Hilário, sugerindo que, como haveria mudança de Governo, não encaminhássemos o projeto de lei do plano de carreira do magistério para a Assembléia. Comentei esse assunto e ponderei com o Governador Eduardo Azeredo, que também concordou, e deixamos isso na memória da Secretaria da Educação, até para a nova administração se apresentar como portadora e autora da proposta, que não nos movíamos por vaidade ou veleidade política. Sequer esse assunto, Deputado, foi objeto do interesse da comissão de transição, na nossa tentativa frustrada de diálogo para esclarecer esses assuntos.

A propósito, gostaria que o sindicato tivesse um pouco da muita e boa combatividade que teve no relacionamento conosco ao longo dos quatro anos. Eu não acredito que o sindicato dos professores tenha abdicado das suas históricas bandeiras, da luta pelo plano de carreira. Não acredito que o sindicato possa ficar insensível ao fim do PROCAP, ao fim do PROCAP II, do Pró-Médio, do PROCADE, do sistema de avaliação.

Creio que as escolas devem estar aguardando um sinal também do sindicato, nesse momento de vácuo de ideias que, infelizmente, vem caracterizando a atual direção da Secretaria da Educação.

Reitero que, ao longo de quase 100 dias, convivemos com noticiários e com episódios opináticos do dia-a-dia, fazendo avaliações e até juízo de valor a respeito de nossa administração.

Numa de suas entrevistas, o Secretário, ao comentar a extinção de uma escola técnico-rural em Unai, chegou usar a expressão "por razões inconfessáveis". Diga quais são as razões inconfessáveis. Explícite isso. Assine embaixo. No campo da moralidade, até isso ouvimos.

Não fui severo com o Deputado que fez a pergunta, mas ninguém, aqui, é ingênuo. Ninguém coloca uma coisa como aquela, se não corresponde, no mínimo, a uma dúvida. Se foi diplomático no modo de apresentar, a pergunta tem um componente de crueldade com relação à moralidade do outro. Assim sendo, tenho o direito de demonstrar minha indignação e de ser um pouco severo na resposta, pois, em mim, existe dignidade acima de qualquer outra coisa. Por isso é que não faço juízo de valores a respeito de pessoas. Crítico comportamentos. Crítico ações. Não faço juízo de valores, porque não sou juiz de ninguém nem melhor que ninguém, graças a Deus. Essas pessoas nos devem esclarecimentos.

Continuo achando que falta combatividade ou resgate da combatividade por parte do sindicato.

Deputados professores, como a Deputada Maria José Hauelsen; Deputados professores, com a combatividade que caracteriza um Rogério Correia, por que abdicarem da memória de suas próprias lutas? Por que abdicarem de suas trajetórias individuais e de suas biografias, que marcaram a luta pelos direitos, pelos interesses dos professores e pela melhoria da educação? Espero vê-los, em breve, de maneira sóbria, reivindicando a volta dos programas compromissados com a melhoria da qualidade do ensino, entendendo-se que essa não é uma questão político-partidária, mas de respeito ao aluno, às suas famílias e aos cidadãos.

A dor imensa que tenho, como ser humano e como cidadão, é a de ver a frustração de um trabalho revolucionário, que precisa de anos de compreensão por parte daqueles que se sucedem, e que precisa de muito respeito ao professor, por questão de fogueira de vaidades, ser colocado sob ameaça, como se representássemos alguma ameaça ou tivéssemos qualquer propósito do gênero.

Coloco-me inteiramente à disposição, se for chamado para contribuir no que couber, como também coloco-me à disposição, se houver oportunidade, para participar de debates com a equipe dirigente da Secretaria, com vista ao esclarecimento das questões, que não devem permanecer como dúvidas nem para os cidadãos, nem para os alunos e professores, tampouco para os Deputados.

No ensejo, agradeço, mais uma vez, pela oportunidade que foi criada, pelos Deputados e pela Assembléia Legislativa, de comparecermos a esta sessão e termos a mesma chance que o Secretário atual teve para expor sua visão e suas críticas. Pudemos também, democraticamente, apresentar nossas convicções, nossa concepção, o que fizemos e fazer a refutação das críticas que nos foram feitas pela atual administração.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Não tenho perguntas para formular ao Prof. João Batista dos Mares Guia, mas afirmações a fazer.

O professor sabe da admiração que tenho por ele, por sua competência e pela maneira íntegra como administrou a Secretaria da Educação. Muita garra, muita vontade marcou sua trajetória como Secretário. Não havia, para ele, horário nem distância para trabalhar no projeto que sonhou, além de, é claro, não abdicar de estar presente em movimentos importantes como o da reforma agrária, em que trouxe uma contribuição histórica, em Minas Gerais, para o contato das diversas entidades ligadas à questão da terra e à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. Com muita competência, mudou, em Minas Gerais, o tratamento dado a esses movimentos. Como sempre soube fazer as intermediações necessárias, não tivemos, em Minas Gerais, nenhum incidente, em que vidas tivessem sido colocadas em risco.

Creio, professor, que a história lhe fará justiça. A história oficial já não é tão aceita. Segundo a história oficial, o Brasil foi descoberto há quase 500 anos, e esses indígenas que estão sendo capacitados, dentro da sua cultura, pela Secretaria da Educação, projeto bellissimo iniciado por V. Exa., não aceitam que o Brasil tenha sido descoberto naquele ano. O Brasil foi conquistado, invadido, deve-se buscar outra palavra para dizer o que ocorreu no País, mas todos nós sabemos que não foi descobrimento. A história oficial já não é aceita. Por isso, sei que as verdades farão justiça ao trabalho realizado por V. Exa.

Tive a oportunidade de conversar com alguns professores capacitados pelo curso, que me relataram a alegria de terem podido participar dele para melhorarem o seu trabalho dentro da sala de aula. A capacitação dos dirigentes é muito importante.

Há poucas semanas acompanhei a inauguração de uma escola nucleada que atende Piracema, Piedade dos Gerais e Desterro de Entre-Rios, com as classes multisseriadas, nas quais se agrupam alunos de 1º ano com alunos de 3º ano do ensino fundamental. É algo inaceitável brincar de ensinar e brincar de aprender, em um País que não pode abrir mão do desenvolvimento de sua educação. Estou convencido, professor, de que a história lhe fará justiça. Muito obrigado e parabéns por sua brilhante exposição nesta manhã.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença do Dr. João Batista dos Mares Guia, que com seus esclarecimentos proporcionou aos parlamentares elementos para uma avaliação abrangente das ações do Governo anterior na área da educação.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 7/4/99

Presidência dos Deputados Anderson Aauto e José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Atas - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Paulo Piau; aprovação - Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.979; questão de ordem; leitura do requerimento do Deputado Paulo Piau; questões de ordem; votação secreta; rejeição; questão de ordem - Votação, em turno único, dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.928, 13.987, 14.000, 14.023; rejeição - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.901; discursos dos Deputados Paulo Piau, Alberto Pinto Coelho e Antônio Júlio; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.991; discurso do Deputado João Leite; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.997; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.060; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.028; discursos dos Deputados João Leite, Rogério Correia e Carlos Pimenta; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 54; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aauto, José Braga, Dilzon Melo, Gil Pereira, Adelino de Carvalho, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrús, Agostinho Silveira, Ailton Vilela, Alberto Bejani, Alberto Pinto Coelho, Álvaro Antônio, Ambrósio Pinto, Amilcar Martins, Antônio Andrade, Antônio Carlos Andrada, Antônio Júlio, Arlen Santiago, Bené Guedes, Bilac Pinto, Cabo Morais, Carlos Pimenta, César de Mesquita, Chico Rafael, Christiano Canêdo, Dalmo Ribeiro Silva, Dimas Rodrigues, Dinis Pinheiro, Djalma Diniz, Edson Rezende, Eduardo Daladier, Elaine Matozinhos, Elmo Braz, Ermano Batista, Fábio Avelar, George Hilton, Hely Tarquínio, Irani Barbosa, Ivo José, João Leite, João Paulo, João Pinto Ribeiro, Jorge Eduardo de Oliveira, José Henrique, Luiz Fernando, Luiz Menezes, Márcio Cunha, Márcio Kangussu, Marco Régis, Maria José Hauelsen, Maria Olívia, Mauri Torres, Mauro Lobo, Olinto Godinho, Paulo Pettersen, Paulo Piau, Rêmo Aloise, Rogério Correia, Sargento Rodrigues, Sebastião Costa, Sebastião Navarro Vieira e Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 20h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

1ª Parte

Atas

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Paulo Piau, em que solicita, na forma regimental, a inversão da pauta da reunião, de modo que os vetos às proposições de lei sejam apreciados em primeiro lugar, na seguinte ordem: 13.979, 13.928, 13.987, 14.000, 14.023, 13.901, 13.991, 13.997, 14.060 e 14.028. Em votação, o requerimento. Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.979, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoji o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. informasse aos Deputados quais os projetos que serão votados. Foi feito um acordo, e não sabemos o que vai ser votado. Para não haver dúvida alguma, gostaria que V. Exa. determinasse a leitura dos números dos vetos que foram invertidos.

O Sr. Presidente - Solicito ao Sr. Secretário que leia o requerimento de inversão da pauta, que contém os vetos que estão sendo apreciados em primeiro lugar.

O Sr. Secretário (Deputado Gil Pereira) - (- Lê:)

- O requerimento lido é o publicado nesta ata.

Questões de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, está havendo uma dúvida. Como estamos iniciando um processo de votação de vetos, surgiu uma dúvida regimental. Apreciaremos o parecer do relator ou votaremos "não" ao veto ou "sim" ao veto? É bom que haja um esclarecimento sobre o assunto, para que não haja confusão.

O Sr. Presidente - Os Srs. Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não".

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Gostaria de esclarecer ao Plenário que foram objeto de entendimento e de acordo dez vetos. São objeto do requerimento que propõe a inversão da pauta os vetos às Proposições de Lei nºs 13.979; 13.928; 13.987; 14.000; 14.023; 13.901; 13.991; 13.997; 14.060 e 14.028. No entendimento e no acordo havido, os primeiros cinco vetos são pela rejeição; os últimos cinco são pela manutenção.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. explicasse, quando fosse pela rejeição dizer "não", quando fosse pela aprovação dizer "sim".

O Sr. Presidente - A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 255 c/c o art. 261, X, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A Presidência lembra que está em processo de votação o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.979, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoji o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em votação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Chico Rafael - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - George Hilton - Gil Pereira - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 2 Deputados; votaram "não" 40 Deputados, totalizando 42 votos. Está, portanto, rejeitado o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.979. À promulgação.

Questão de Ordem

O Deputado Alberto Bejani - Gostaria de informar a V. Exa. que algumas máquinas não estão funcionando. Estamos registrando os nossos votos, e eles não estão sendo computados no painel.

O Sr. Presidente - Solicitaria aos Deputados prejudicados que fizessem o favor de mudar de lugar. Temos, do outro lado, muitas cadeiras vazias.

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.928, que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 12.735, de 30/12/97, que dispõe sobre o IPVA. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em votação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - César de Mesquita - Chico Rafael - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - George Hilton - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - José Henrique - Luiz Fernando - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 6 Deputados; votaram "não" 42 Deputados, totalizando 48 votos. Portanto está rejeitado o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.928. À promulgação.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.987, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em votação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Benê Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - César de Mesquita - Chico Rafael - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - George Hilton - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - Votou "sim" um Deputado; votaram "não" 48 Deputados, totalizando 49 Deputados. Está, portanto, rejeitado o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.987. À promulgação.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.000, que torna obrigatória a identificação do proprietário na parte traseira dos veículos de transporte de carga. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Amilcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Benê Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - César de Mesquita - Chico Rafael - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - George Hilton - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 10 Deputados; votaram "não" 41 Deputados, totalizando 51 votos. Está, portanto, rejeitado o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.000. À promulgação.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.023, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alvinópolis o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Amilcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Benê Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - César de Mesquita - Chico Rafael - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - George Hilton - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 2 Deputados; votaram "não" 49 Deputados; houve 1 voto em branco, totalizando 52 votos. Está, portanto, rejeitado o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.023. À promulgação.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.901, que dispõe sobre o transporte de preso provisório ou condenado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Apenas gostaria de dizer que houve uma negociação, e, na votação passada, corremos o risco de votar diferentemente do acordo. Gostaria que os Deputados prestassem a atenção para a forma de votar, pelo "sim" a partir desse momento. Peço às Bancadas do PFL e do PSDB que atendam ao acordo firmado.

O Sr. Presidente* - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alberto Pinto Coelho.

O Deputado Alberto Pinto Coelho* - Gostaria de reforçar o que foi dito pelo Deputado Paulo Piau, que é a importância de sempre que chegarmos a um acordo, nesta Casa, que ele seja respaldado em Plenário.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, gostaria de alertar os Líderes aqui presentes para o fato de que nos encontramos em votação secreta. Fica muito ruim para esta Casa rasgarmos o Regimento Interno na hora da votação. Os acordos serão cumpridos, e não há necessidade de os Deputados serem alertados relativamente à forma de votar.

O Sr. Presidente - A Presidência vai submeter o veto à votação secreta. Em votação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Amilcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Benê Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - César de Mesquita - Chico Rafael - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - George Hilton -

Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 48 Deputados; votaram "não" 3 Deputados; houve um voto em branco, num total de 52 votos. Está mantido o veto ao art. 5º da Proposição de Lei nº 13.901. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.991, que dispõe sobre o pagamento pelo Estado de honorários a advogado que não seja Defensor Público e seja nomeado para defender réu pobre e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de encaminhar pela rejeição do veto, já que não dá para entendermos a rejeição imposta a um dos artigos desse projeto, que é justamente aquele que dá a oportunidade de que, nos fóruns do Estado de Minas Gerais, uma sala seja destinada para que a Defensoria Pública possa receber o cidadão de Minas Gerais. Aquele que não tem condição de constituir um advogado pode recorrer ao advogado do Estado, de graça, que é o Defensor Público. A intenção do Deputado Arnaldo Penna era que o Defensor Público tivesse uma sala para aguardar e receber o cidadão de Minas Gerais em um local adequado em que ele pudesse apresentar sua dificuldade, sua petição, para que o Defensor Público pudesse encaminhar sua questão à justiça. Não dá para entender por que é tão difícil um fórum conceder uma sala para que o Defensor Público possa atender o cidadão de Minas Gerais, tão dependente do serviço de assistência jurídica. A Assembléia Legislativa fez esse trabalho com muito esforço, na legislatura passada, colocando Defensores Públicos em todas as comarcas do Estado de Minas Gerais. Por isso, encaminho a votação no sentido da rejeição desse veto, por não entendermos que ele traga para o Estado um gasto. Ao contrário, traz para o cidadão de Minas Gerais o conforto de um bom atendimento, de forma que sua cidadania seja respeitada. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Amilcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - George Hilton - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 44 Deputados; votaram "não" 6 Deputados; houve 1 voto em branco, totalizando 51 votos. Está mantido o veto ao art. 12 da Proposição de Lei nº 13.991. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.997, que dispõe sobre a Caixa Beneficente dos ex-Guardas-Civis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Amilcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - George Hilton - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 48 Deputados; votaram "não" 4 Deputados, totalizando 52 votos. Está mantido o veto ao § 2º do art. 18 da Proposição de Lei nº 13.997. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.060, que dispõe sobre o serviço de táxi especial para transporte rodoviário intermunicipal de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - George Hilton - Gil Pereira - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 47 Deputados; votaram "não" 2 Deputados; houve 1 voto em branco, totalizando 50 votos. Está mantido o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.060. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.028, que estabelece a competência do IPSEMG para arrecadar e aplicar as contribuições sociais de que trata o parágrafo único do art. 149 da Constituição Federal. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de expor minha posição pessoal a respeito de projetos como esse. Sei que essa é também a posição de alguns Deputados sobre o trabalho realizado pelas CPIs da Assembléia, por sua Consultoria e por seu corpo técnico. Gastamos muito tempo e trabalho com essa CPI. O trabalho dos Deputados e de todo o corpo técnico da Casa deveria merecer, sem dúvida, por parte dos Companheiros, o apoio. Por isso, gostaria de entender a razão do veto a essa proposição, já que foi uma luta da Comissão que tratou desse assunto. Estamos ouvindo dizer que será apresentado aos Deputados um outro projeto de lei. Gostaria de ouvir uma explicação por parte dos Líderes do Governo sobre essa questão. Vamos abrir mão de um trabalho tão duro, por parte dos Deputados, e tão sério, por parte do corpo técnico da Casa, e, agora, votar pela manutenção do veto, justamente contra todo esse trabalho?

Temos a expectativa de que haja uma explicação e que ela seja convincente, para justificar o fato de abrirmos mão desse trabalho realizado pelos Deputados. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Para encaminhar, com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse projeto, de fato, é importante. O Deputado João Leite tem toda razão, porque ele foi fruto de um investimento de toda a Casa na legislatura passada e foi elaborado em concordância com os funcionários do IPSEMG. Ele é resultado, inclusive, de uma CPI.

A posição da Bancada do PT seria pela derrubada do veto, tanto nesse projeto quanto no projeto que cria o Conselho do IPSEMG, que é fruto do mesmo processo. Ambos são fundamentais e importantes. Mas o compromisso assumido pelo Governo, inclusive com os trabalhadores do IPSEMG, foi que ele mandaria os dois projetos - o que criava o Conselho e esse, que confere ao IPSEMG a competência para arrecadar e aplicar as contribuições sociais -, para que a Casa apreciasse agora. De fato, os dois projetos de lei do Executivo já se encontram aqui, para a nossa apreciação. Então, nesse sentido, vamos votar pela manutenção do veto, mas, evidentemente, trabalharemos pelo seu aperfeiçoamento e para aprová-los, uma vez que são fruto dessa luta travada pelo IPSEMG e do trabalho desta Casa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, sinto-me na obrigação de fazer o encaminhamento desse veto, por ter participado, juntamente com os Deputados Sebastião Costa, Miguel Martini e Gilmar Machado, da CPI que tratava dos problemas do IPSEMG em nosso Estado.

Foram 4 meses de trabalho, fomos a vários outros Estados, chegamos até ao Rio Grande do Sul à procura de um modelo que pudesse atender ao nosso IPSEMG.

Quero ressaltar a participação decisiva dos trabalhadores, do Sindicato dos Funcionários de Minas Gerais, na elaboração desse grande trabalho, que culminou, além do relatório, na elaboração de dois projetos. Um deles é este projeto, que trata da flexibilidade que o IPSEMG teria para gerir os seus recursos, retirando-os do malfadado caixa único do Estado e podendo aplicá-los dentro do Instituto. O outro é a criação do Conselho Deliberativo, com a participação dos funcionários.

Hoje, durante toda a tarde, participamos de um esforço de entendimento, juntamente com os Deputados Alberto Pinto Coelho, Rêmoló Aloise e nós, da Oposição, com a participação do PSDB e do PFL, e chegamos a esse consenso, no sentido de darmos continuidade aos trabalhos legislativos, para que tenhamos a oportunidade de apreciar os frutos desta Casa, que são os quase 200 projetos que estão saindo das nossas comissões.

Faço minhas as palavras do Deputado João Leite e cumprimento o Deputado Rogério Correia, uma vez que não abriremos mão, em nenhuma hipótese, de que tenhamos a oportunidade de apreciar um projeto que, nas palavras do Líder do Governo, já foi apresentado à Casa, mas não o recebemos, para que novamente possamos trazer à tona a discussão do IPSEMG.

É esta a posição do PSDB, do PFL, e, em nome do entendimento, vamos dar esse crédito, aprovando o veto do Sr. Governador, na certeza de que no mais curto espaço de tempo possa esta Assembléia Legislativa voltar novamente à discussão desse assunto, que é de vital importância para o servidor público do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Amílcar Martins - Anderson Aduino - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Benê Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - George Hilton - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 44 Deputados; votaram "não" 5 Deputados; houve 3 votos em branco, totalizando 52 votos. Está mantido o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.028. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 54.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, como pode ser visto, os Deputados já deixaram o Plenário, e, portanto, pedimos a V. Exa. que encerre a reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 8, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a reunião ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 8/4/99

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Suspensão e reabertura da reunião - Existência de "quorum" para discussão - Discussão de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.068; encerramento da discussão - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Benê Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Edson Rezende - Elmo Braz - Fábio Avelar - George Hilton - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani

Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os vetos às Proposições de Lei nºs 13.901, 13.928, 13.979, 13.987, 13.991, 13.997, 14.000, 14.023, 14.028 e 14.060, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos, para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência verifica, de plano, que não há número regimental para votação, mas que o há para a discussão das matérias constantes na pauta.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Proseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.068. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1/99

Às nove horas e quinze minutos do dia onze de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Daladier, Dalmo Ribeiro Silva, Ermano Batista e Antônio Roberto (substituindo este ao Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Eduardo Daladier, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, e que esta reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. A seguir, a Presidência determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, aos Deputados e convida o Deputado Antônio Roberto para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos Presidente e Vice-Presidente os Deputados Eduardo Daladier e Ermano Batista, respectivamente, ambos com três votos. O Presidente "ad hoc" declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Ermano Batista e passa-lhe a Presidência. Em seguida, o Deputado Ermano Batista empossa o Deputado Eduardo Daladier como Presidente desta Comissão. Ato contínuo, o Deputado Eduardo Daladier retoma a direção dos trabalhos e agradece a escolha de seu nome para presidir os trabalhos da Comissão. Registra-se, neste momento, a chegada do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que é designado pelo Presidente relator da matéria, em 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, informa aos membros da Comissão que a próxima reunião será convocada por via de edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 1999.

Eduardo Daladier, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Márcio Cunha.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da comissão de assuntos municipais e regionalização

Às dez horas do dia trinta de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Eduardo Brandão, Aílton Vilela e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara abertos os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Aílton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação das proposições sujeitas a deliberação conclusiva da Comissão. O Presidente submete a votação, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 84/99, do Deputado José Alves Viana, e 87/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, os quais são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 1999.

Ambrósio Pinto, Presidente - José Henrique - Aílton Vilela.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da cpi dos fundos

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dinis Pinheiro, Paulo

Piau, Rogério Correia, Álvaro Antônio, Dimas Rodrigues, Mauro Lobo e George Hilton, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauro Lobo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A Presidência esclarece que a finalidade da reunião é tratar de assuntos de interesse da Comissão e, na oportunidade, indaga se há alguma sugestão ou proposição a ser apresentada. O Deputado Rogério Correia, com a palavra, apresenta cinco requerimentos: no primeiro solicita seja convocado o Sr. Manoel Costa, Secretário de Planejamento, para prestar informações sobre a destinação dos recursos pertencentes aos Fundos Estaduais; nos outros quatro solicita o seguinte, incluindo em todos os casos as memórias de cálculo: à Secretaria da Educação todas as informações referentes à movimentação financeira do Fundo para Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF - , com a discriminação da origem e da destinação de cada operação, nos anos de 1997 e 1998; à Secretaria de Planejamento todas as informações referentes à movimentação financeira dos Fundos de Desenvolvimento administrados pelo BDMG, com a discriminação da origem e da destinação de cada operação, no ano de 1998; à Secretaria da Fazenda todas as informações referentes à movimentação financeira dos recursos vinculados, transferidos pela União ao Estado, discriminando a origem e a destinação dos recursos, nos anos de 1997 e 1998, especialmente a destinação dos recursos que não foram utilizados para sua finalidade preestabelecida; e ainda todas as informações sobre a destinação das despesas do Tesouro Estadual, nos últimos seis meses do ano de 1998, discriminadas detalhadamente. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Deputado Álvaro Antônio, com a palavra, apresenta questão de ordem indagando por que o assunto dos recursos vinculados não foi tratado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que é permanente, ao invés desse problema ser tratado numa CPI. O Presidente solicita ao relator, Deputado Rogério Correia, que responda à essa questão pelo fato de estar mais informado a respeito do assunto. O relator presta os esclarecimentos necessários ao Deputado Álvaro Antônio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1999.

Dinis Pinheiro, Presidente - Rogério Correia - Paulo Piau - Álvaro Antônio - Mauro Lobo - George Hilton - Dimas Rodrigues.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas e quinze minutos do dia seis de abril de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Miguel Martini, membros da supracitada Comissão. O Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião nos termos do § 3 do art. 125 do Regimento Interno e solicita ao Deputado Miguel Martini que proceda a leitura da ata, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Ato contínuo, o Presidente procede à leitura da correspondência: do Corregedor da Assembléia Legislativa, Deputado Antônio Júlio; do Presidente da Associação dos Municípios do Lago de Furnas- ALAGO- e da Sra. Marietta Cavalcanti Coutinho. A Presidência informa que a presente reunião se destina a ouvir o Sr. Antônio Erdes Bortoletti, Diretor-Geral do DER-MG, que irá prestar esclarecimentos a cerca do convênio celebrado entre o DER-MG e a BR Distribuidora referente à aquisição de lama asfáltica. O Presidente suspende a reunião. Às 11h20min., são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo e Miguel Martini. Registra-se a presença do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. O convidado, juntamente com seu Chefe de Gabinete, Sr. Haroldo Carlos da Costa, e com o Diretor Jurídico do DER-MG, Sr. Lauro Pacheco de Medeiros Filho comparecem à reunião e prestam os esclarecimentos necessários. Na fase dos debates, fazem uso da palavra os Deputados presentes conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Mauro Lobo - Rogério Correia - Miguel Martini.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às quinze horas do dia seis de abril de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Antônio Júlio, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Silveira, Eduardo Daladier, Irani Barbosa e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Irani Barbosa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designa os relatores a seguir citados: Projetos de Lei nºs 180/99 (Deputado Adelmo Carneiro Leão); 179/99 (Deputado Paulo Piau); 177 e 178/99 (Deputado Eduardo Daladier); 176/99 (Irani Barbosa); 175/99 (Deputado Antônio Júlio); e 181/99 (Deputado Ermano Batista). A Presidência informa que determinou o arquivamento de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja elaborado projeto de resolução sustando os efeitos do Decreto nº 40.305, em virtude de perda do objeto. A seguir, passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei nº 130/99 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Antônio Júlio) e pela inconstitucionalidade, pela antijuridicidade e pela ilegalidade do Projeto de Lei nº 128/99 (relator: Deputado Paulo Piau). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 118 e 126/99 e o Projeto de Lei Complementar nº 2/99, têm sua apreciação adiada em virtude de pedido de prazo formulado pelo relator. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 112/99 tem sua discussão adiada, em atenção a requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão. A seguir, recebem parecer concluindo por sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade os Projetos de Lei nºs 67 e 154/99; 157/99, com a Emenda nº 1; e 182/99 na forma do Substitutivo nº 1; e recebe parecer concluindo por sua inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade o Projeto de Lei nº 127/99. Esses pareceres têm sua discussão adiada, a partir de pedidos de vista deferidos pela Presidência. O Projeto de Lei nº 136/99 é retirado da pauta em atenção a requerimento do Deputado Agostinho Silveira. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 55/99 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); 59/99, este com a Emenda nº 1, 94 e 100/99 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 62 e 82/99, com emendas que receberam o nº 1; e 146/99 (relator: Deputado Eduardo Daladier); 79/99, com a Emenda nº 1, 98 e 99/99 (relator: Deputado Antônio Júlio); 80, 86, 87, 95, 137 e 141/99 (relator: Deputado Paulo Piau). Passa-se à fase de discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que pede seja solicitada à Secretaria da Casa Civil cópia do parecer técnico sobre o Projeto de Lei nº 112/99, emitido pela Secretaria do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente. Nos termos do art. 185 do Regimento Interno, a Presidência determina o envio do Projeto de Lei nº 128/99 ao Plenário, para inclusão do parecer em ordem do dia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a realizar-se no dia 8/4/99, às 15 horas, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 182/99, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Antônio Júlio - Bené Guedes - Paulo Piau - Agostinho Silveira - Rogério Correia.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária, a

realizar-se em 14/4/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 9/99, do Deputado Washington Rodrigues, em que pede informações ao Governador do Estado sobre a implementação ao servidor militar do direito ao adicional de periculosidade previsto na Emenda à Constituição nº 35/98. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 20/99, do Deputado Rogério Correia, em que solicita às Secretarias de Educação e de Transportes e Obras Públicas os termos do convênio e o contrato para execução das obras realizadas em parceria com a Prefeitura Municipal de Sarzedo nas Escolas Estaduais Ernesto Carneiro Santiago e José Pereira dos Santos, naquele município. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 21/99, do Deputado Carlos Pimenta, solicitando ao Governo do Estado de Minas Gerais o envio a esta Casa de relatório enumerando os municípios do Norte de Minas em débito com os órgãos das administrações direta e indireta, autarquias e fundações. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 36/99, do Deputado Hely Tarquínio, solicitando informações ao Secretário da Fazenda acerca dos pagamentos efetuados pelo Governo do Estado à União referentes ao contrato que especifica, no período situado entre os meses de fevereiro a dezembro de 1998. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 43/99, do Deputado Ermano Batista, solicitando informações à Secretária da Administração e Recursos Humanos sobre os servidores que menciona, designados pelo Governador do Estado para cargos de Presidência ou diretoria de autarquias e fundações, com vistas a saber se eles fazem parte do quadro permanente dos servidores do Estado e, em caso afirmativo, qual a sua situação funcional à data do ato. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 54, que altera o art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.880, que dispõe sobre o lançamento de esgoto e de águas residuárias em cursos d'água e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.891, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada de ônibus intermunicipais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.919, que dispõe sobre a utilização de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.927, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário com precatórios. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.930, que fixa prazo para a expedição de documentos do sistema estadual de ensino. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.977, que estabelece condições para a aquisição de bens móveis por órgão ou entidade da administração pública estadual. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.980, que dispõe sobre a cobrança dos serviços 900, 0900 e similares explorados pelas empresas de comunicação e telecomunicações no território do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.988, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Campina Verde o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.990, que estabelece normas para o abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.992, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Patrocínio. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.994, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.995, que dispõe sobre o pagamento de pensão pela Caixa Beneficente da Guarda Civil e da Inspeção de Veículos de Belo Horizonte. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.999, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, nos termos da Lei Federal nº 9.424, de 24/12/96. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.003, que dispõe sobre a composição da frota oficial de veículos do Estado e estabelece incentivo fiscal. A

Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.006, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sacramento o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.008, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.009, que cria a Ouvidoria Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.026, que dispõe sobre declaração de bens de cidadãos que exerçam cargo e função pública e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.027, que altera o § 1º do art. 19 da Lei nº 9.381, de 18/12/86, que institui o quadro de pessoal das unidades estaduais de ensino e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.029, que autoriza o Poder Executivo a doar à entidade Assistência Social São Judas Tadeu, no Município de Uberaba, o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.052, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG-CODEI. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.053, que cria Serventias do Foro Extrajudicial nos Municípios de Contagem, Antônio Carlos e Monte Azul e Serviço de Notas no Município de Carandaí. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.058, que transfere para a Loteria do Estado de Minas Gerais as atividades da Comissão Permanente de Bingos. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.063, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.068, que cria o Serviço de Orientação Psicopedagógica nas escolas da rede pública estadual. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.015, que estabelece norma para concurso público promovido pelo Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.014, que promove a adequação da Lei Orgânica do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - IPLEMG-, às normas constitucionais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/99, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, modificado pelo art. 2º da Lei nº 11.822, de 15/5/95, pelo art. 5º da Lei nº 12.237, de 5/7/96, e pelo art. 1º da Lei nº 12.532, de 30/6/97. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 18/99, do Deputado Ambrósio Pinto, que aprova convênio celebrado entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo para modificação de limite territorial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Hauelsen, que dispõe sobre a criação da Brigada Voluntária de Incêndio. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 14/4/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 119/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Em turno único: Projeto de Lei nº 123/99, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 122/99, do Deputado Sargento Rodrigues.

Requerimentos nºs 85/99, do Deputado Rogério Correia; 102/99, do Deputado Glycon Terra Pinto; 105/99, do Deputado Wanderley Ávila; 145/99, do Deputado Márcio Cunha; 146/99, do Deputado Márcio Cunha; 150/99, do Deputado Marco Régis; 156/99, da Deputada Maria Olívia; 157/99, desta Comissão; e 169/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/4/99

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 120/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 15/4/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 15/4/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 34/99, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 35/99, do Deputado Eduardo Brandão.

Requerimentos nºs 143/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 155 e 178/99, da Deputada Maria Olívia; 160/99, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 179/99, do Deputado Mauro Lobo.

Finalidade: avaliar a situação da saúde pública no Estado.

Convidados: Srs. Ricardo de Menezes Macedo, Presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais; Robson Itamar da Silva, Diretor do SIND-SAÚDE -MG -; Temístocles Marcelos Neto, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores Sem Seguridade Social - CNTSS -; Soraia Andréia Menezes, Diretora do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde; e Maria Helena Silva, Diretora do Sindicato dos Trabalhadores na Previdência e Assistência Social - SINTSPREV-MG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 14/4/99, destinadas, a primeira, à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 13.880, que dispõe sobre o lançamento de esgoto e de águas residuárias em cursos d'água e dá outras providências; 13.891, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada de ônibus intermunicipais; 13.919, que dispõe sobre a utilização de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências; 13.927, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário com precatórios; 13.930, que fixa prazo para a expedição de documentos do sistema estadual de ensino; 13.977, que estabelece condições para a aquisição de bens móveis por órgão ou entidade da administração pública estadual; 13.980, que dispõe sobre a cobrança dos serviços 900, 0900 e similares explorados pelas empresas de comunicação e telecomunicação no território do Estado; 13.988, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Campina Verde o imóvel que especifica; 13.990, que estabelece normas para o abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências; 13.992, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Patrocínio; 13.994, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica; 13.995, que dispõe sobre o pagamento de pensão pela Caixa Beneficente da Guarda Civil e da Inspeção de Veículos de Belo Horizonte; 13.999, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; 14.003, que dispõe sobre a composição da frota oficial de veículos do Estado e estabelece incentivo fiscal; 14.004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica; 14.006, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Sacramento o imóvel que especifica; 14.008, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica; 14.009, que cria a Ouvidoria Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 14.014, que promove a adequação da Lei Orgânica do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais às normas constitucionais e dá outras providências; 14.015, que estabelece norma para concurso público promovido pelo Estado; 14.026, que dispõe sobre declaração de bens de cidadãos que exerçam cargo e função pública e dá outras

providências; 14.027, que altera o § 1º do art. 19 da Lei nº 9.381, de 18/12/86, que institui o quadro de pessoal das unidades estaduais de ensino e dá outras providências; 14.029, que autoriza o Poder Executivo a doar à entidade Assistência Social São Judas Tadeu, no Município de Uberaba, o imóvel que especifica; 14.052, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG-CODEI; 14.053, que cria serventias do foro extrajudicial nos Municípios de Contagem, Antônio Carlos e Monte Azul e serviço de notas no Município de Carandaí; 14.058, que transfere para a Loteria do Estado de Minas Gerais as atividades da Comissão Permanente de Bingos; 14.063, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências; e 14.068, que cria o Serviço de Orientação Psicopedagógica nas escolas da rede pública estadual; e da Proposição de Lei Complementar nº 54, que altera o art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto do Servidores Públicos Civis do Estado de Minas Gerais; dos Projetos de Lei nºs 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Hauelsen, que dispõe sobre a criação da Brigada Voluntária de Incêndio; e 50/99, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, modificado pelo art. 2º da Lei nº 11.822, de 15/5/95, pelo art. 5º da Lei nº 12.237, de 5/7/96, e pelo art. 1º da Lei nº 12.532, de 30/6/95; e do Projeto de Resolução nº 18/99, do Deputado Ambrósio Pinto, que aprova convênio celebrado entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo para modificações de limite territorial; e a segunda, à apreciação da matéria constante na pauta da primeira acrescida dos Projetos de Lei nºs 23/99, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivo da Lei nº 13.194, de 29/1/99; 105/99, do Deputado João Batista de Oliveira, que torna públicos os documentos dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS - no período de 1964 a 1985; e 139/99, do Deputado Olinto Godinho, que dá nova redação ao § 1º do art. 9º da Lei nº 10.594, de 7/1/92; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de abril de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 2/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ermano Batista, Maria Tereza Lara, Arlen Santiago e Álvaro Antônio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/4/99, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e se votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de abril de 1999.

Márcio Cunha, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 8/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Antônio Júlio, Arlen Santiago e Elmo Braz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/4/99, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 13 de abril de 1999.

Bené Guedes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Antônio Júlio, José Milton e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/99, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e se votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de abril de 1999.

José Alves Viana, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 13/4/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.587, 1.624, 1.644, 1.645 e 1.667, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Roberto

exonerando, a partir de 1º/4/1999, Anderson Vieira Fadel do cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/4/1999, Will Jony Gomes Nogueira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Eduardo Hermeto

exonerando Luciana Tessele Antunes do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25 - 8 horas;

nomeando Luana Félix Silva para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Fernando

exonerando Valdemar Alves Vitor do cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Olívia

exonerando Pedro de Jesus do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 4 horas;

nomeando Jair Diniz França para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 4 horas.

Gabinete do Deputado Mauro Lobo

nomeando Paulo Márcio Alves Pereira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 4 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, e 1.522, de 4/3/98, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos:

nomeando Luiz Fernando Maia para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Deputada Elaine Matozinhos, Vice-Líder do PSB.

nomeando Luciana Tessele Antunes para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Eduardo Hermeto, Vice-Líder do Governo.

À vista da Emenda nº 20 da Constituição Federal, publicada em 16/12/98, que altera o disposto no inciso I do § 1º do art. 40 e no inciso I do art. 36 da Constituição do Estado, e nos termos da Resolução nº 5.086, de 31/8/90, c/c a Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez permanente, com proventos integrais, a partir de 13/2/99, o servidor Carlos Eduardo de Carvalho Soares, ocupante do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Citoclínica Ltda. Objeto: assistência médica. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993. Vigência: a partir de 11/3/99.

ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 3/3/99, na pág. 27, col. 2, onde se lê:

"Jackson Martins Antunes", leia-se:

"Jackson Charles Martins Antunes".

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 1º/4/99, na pág. 29, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Tadeu Leite", onde se lê:

"Éder de Oliveira Martins Filho", leia-se:

"Éder Oliveira Martins Júnior".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 4/99

Na publicação do edital em epígrafe, verificada na edição de 13/4/99, na pág. 33, col. 1, no subtítulo, onde se lê:

"Reunião Especial da Comissão Especial", leia-se:

"Reunião Extraordinária da Comissão Especial".